



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

DIONES BEZERRA DE SOUZA

MANIPULAÇÃO DISCURSIVA NA NARRATIVA *A TENTAÇÃO DE JESUS NO DESERTO*: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA O 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

CAJAZEIRAS - PB

2022

DIONES BEZERRA DE SOUZA

MANIPULAÇÃO DISCURSIVA NA NARRATIVA *A TENTAÇÃO DE JESUS NO DESERTO*: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA O 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras - como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a M^a Nazareth de Lima Arrais

CAJAZEIRAS - PB

2022

S729m Souza, Diones Bezerra de.
Manipulação discursiva na narrativa A tentação de Jesus no deserto:
uma proposta de leitura para o 3º ano do ensino médio / Diones Bezerra de
Souza. - Cajazeiras, 2022.
66f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazareth de Lima Arrais.
Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) UFCG/CFP,
2022.

1. Semiótica discursiva. 2. Manipulação. 3. Narrativa bíblica. 4.
Leitura. 5. Educação Básica. 6. O caso da foto. I. Lima Arrais, Maria
Nazareth de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de
Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS CDU - 81'22

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

DIONES BEZERRA DE SOUZA

MANIPULAÇÃO DISCURSIVA NA NARRATIVA *A TENTAÇÃO DE JESUS NO DESERTO*: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA O 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras - como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciado em Letras.

Aprovado em: 25/03/2022

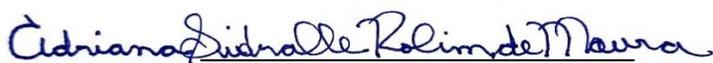
Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Maria Nazareth de Lima Arrais
(UAL/CFP/UFCG - Orientadora)



Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa
(UAL/CFP/UFCG – Examinador 1)



Prof.^a Dr.^a Adriana Sidralle Rolim de Moura
(UAL/CFP/UFCG – Examinador 2)

A mamãe Espedita Macena de Souza e a papai José Bezerra de Souza (*in memoriam*) que, além de proporcionarem-me a vida, educaram-me, incentivaram-me e contribuíram para o percurso de minha formação. E a todos aqueles que apreciam a leitura bíblica, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Criador do Universo, Santo dos Santos e fonte de toda sabedoria, que sempre está ao meu lado me fortalecendo, além de me conceder a graça de chamá-lo de Pai.

A Jesus, o Rei da Glória, Salvador e Príncipe da Paz, pela prudência, discernimento e por ser o meu melhor amigo e conselheiro.

A Nossa Senhora das Candeias, a bendita e predileta do Altíssimo, padroeira do distrito Iborepi, local onde resido, por ouvir minhas orações e súplicas contínuas.

Ao meu pai José Bezerra de Souza (*in memoriam*), e à minha mãe Espedita Macena de Souza, por acreditar no meu potencial, ademais, pela educação e acompanhamento do meu percurso de formação.

À minha exímia orientadora, Profa. Dra. Maria Nazareth de Lima Arrais, a quem sou muito grato por todas as contribuições e orientações para que este trabalho fosse desenvolvido com maestria. Uma docente que me proporcionou conhecer melhor os estudos da Semiótica Discursiva, ascendendo em mim o amor por essa ciência da linguagem que corroborou de forma benéfica para a análise do *corpus* desta pesquisa. Além disso, uma professora, mestra e doutora, competente, que se preocupa não apenas em ensinar um conteúdo, mas na aprendizagem dos seus alunos. Ademais, atenciosa, dedicada a todos os seus orientandos e, sobretudo, humana. Que Deus a abençoe imensamente e muito obrigado!

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram e me incentivaram na concretização deste sonho.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) / Centro de Formação de Professores (CFP) / Unidade Acadêmica de Letras (UAL), por formar docentes não só para a comunidade acadêmica e escolar, mas para a vida.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que me concedeu a profícua experiência de atuar em sala de aula pela primeira vez, corroborando, assim, para a construção de conhecimentos e evolução do meu aprendizado que, sob a coordenação da Profa. Dra. Rose Maria Leite de Oliveira, e supervisão da Profa. Me. Thalita de Oliveira Amaro, muito nos ajudaram.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento à pesquisa.

Ao Grupo de Estudos em Discurso, Semiótica e Ensino (GEDISSEN), do qual faço parte, que contribuiu para despertar em mim o interesse pelos estudos da Semiótica Discursiva.

Ao Grupo de Estudos sobre Letramentos (GELETRAMENTOS), particularmente, a Profa. Dra. Adriana Sidralle Rolim-Moura, pelo convite a participar deste enriquecedor grupo de estudos, pois fez com que eu compreendesse melhor os horizontes dos vastos letramentos, e também pela honra em tê-la em minha banca.

Ao Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa por ter aceitado o nosso convite para participar, como examinador, da minha banca de defesa dando uma profícua contribuição.

Ao Programa de Monitoria do CFP que, ao proporcionar-me oportunidade de atuar, reforçou a minha compreensão no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa.

À Profa. Dra. Fátima Maria Elias Ramos, pelos conhecimentos e aprendizagens construídas na cadeira de Texto e Discurso, bem como na construção do projeto de monitoria da disciplina Leitura e Produção de Gêneros I.

À Profa. Dra. Hérica Paiva Pereira, pelas benfazejas aulas de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa que cooperou significativamente na construção do meu projeto de pesquisa, outrossim, pela parceria e compartilhamento de saberes científicos no Geletramentos.

À Profa. Dra. Erlane Aguiar Feitosa de Freitas que deu, com maestria e propriedade, o suporte necessário no decurso da escrita desta pesquisa.

À Escola de Ensino Fundamental Francisco Assis de Sousa, onde estudei desde a minha infância pelos primeiros e essenciais ensinamentos. Ademais, a todos os professores que corroboraram para o meu aprendizado, de modo particular, aos de Língua Portuguesa, pelo estímulo à profissão e o amor à área de linguagens.

À Escola Estadual de Ensino Médio Filgueiras Lima, de modo especial, ao Prof. Me. Inácio Francisco Teixeira da Silva, que foi meu professor de Língua Portuguesa em 2015, por despertar e instigar em mim o amor ao Curso de Letras.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dom Moisés Coelho, onde desenvolvi as atividades do PIBID com a parceria de minha amiga Luana Ferreira de Araújo Silva e do meu amigo Francisco Danilo Alves de Freitas, e também dos estágios supervisionados.

À turma 2018.1 de Letras-Língua Portuguesa, meus amigos e companheiros de estudos e profissão, pelos conhecimentos compartilhados e por todas as experiências que comungamos juntos.

Ao *Grupo Evangelizar é Preciso*, pelo apoio e orações constantes no Santíssimo Sacramento, ascendendo e alimentando o Amor que em nossos espíritos faz morada.

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

“[...] a manipulação caracteriza-se como uma ação do homem sobre outros homens, visando a fazê-los executar um programa dado [...].”
(GREIMAS, 1979, p. 269).

RESUMO

A manipulação discursiva é um fenômeno da linguagem que está presente nos discursos diários das pessoas. Trata-se de uma ferramenta de indução que pode ser utilizada tanto positiva quanto negativamente, depende da pretensão do manipulador. Por este viés, esta pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de manipulação discursivas presentes na narrativa bíblica *A tentação de Jesus no deserto* como proposta de leitura para o ensino médio. Para tanto, articulamos um arcabouço teórico sobre a Semiótica Discursiva, com ênfase nas estratégias de manipulação; debatemos sobre a prática de leitura articulada aos documentos parametrizadores; descrevemos as estratégias de manipulação em favor da argumentação que compõem o *corpus* da pesquisa como proposta de debate adaptável à educação básica. Nessa direção, esta investigação fundamenta-se, essencialmente, nos aportes teóricos da Semiótica Discursiva com Greimas (1973, 1975), considerando também Courtés (1979) e outros que defendem esta teoria. A metodologia é a da análise do discurso, uma vez que explora elementos do discurso. A abordagem do *corpus* é qualitativa, visto que não fizemos uso de métodos e técnicas estatísticas, mas buscamos compreender, interpretar o que o discurso enuncia. Ademais, é considerado um estudo de natureza aplicada, pois visa contribuir para a prática de leitura em sala de aula de educação básica. O universo da pesquisa são as narrativas que compõem o evangelho sinótico de Mateus. Desse universo, o *corpus* escolhido foi o texto *A tentação de Jesus no deserto* (MATEUS 4, 1-11), pelo fato de ser uma narrativa que, mesmo sendo escrita há doze séculos, expressa aspectos do discurso fundado na intencionalidade de natureza manipuladora. A categoria de análise foram as estratégias de manipulação que estão presentes no discurso. E para olharmos com objetividade para essa categoria, seguimos os critérios: a) A narrativa, *A tentação de Jesus no deserto*, apresenta manipulação? b) Quais as estratégias de manipulação presentes no discurso *corpus* de análise? Em tese, concluímos que, da proposta de leitura feita ao encontro dos objetivos da pesquisa, foram encontrados três momentos marcantes de manipulação: a primeira e a segunda como duas provocações e a terceira como uma tentação.

Palavras-chave: Semiótica discursiva; Manipulação; Narrativa bíblica; Leitura na educação básica.

ABSTRACT

Discursive manipulation is a language phenomenon that is present in people's daily speeches. It is an induction tool that can be used both positively and negatively, depending on the manipulator's intention. From this perspective, this research aims to analyze the discursive manipulation strategies present in the biblical narrative *The temptation of Jesus in the desert* as a reading proposal for high school. To do so, we articulate a theoretical framework on Discursive Semiotics, with emphasis on manipulation strategies; we discussed the practice of reading articulated to parameterizing documents; we describe the manipulation strategies in favor of the arguments that make up the research *corpus* as a proposal for a debate adaptable to basic education. In this sense, this investigation is essentially based on the theoretical contributions of Discursive Semiotics with Greimas (1973, 1975), also considering Courtés (1979) and others who defend this theory. The methodology adopted is that of discourse analysis, as it explores elements of discourse. The *corpus* approach is qualitative, since we did not make use of statistical methods and techniques, but we seek to understand and interpret what the discourse says. Furthermore, it is considered an applied study as it aims to contribute to the practice of reading in the basic education classroom. The research universe is the narratives that make up the synoptic Gospel of Matthew. From this universe, the *corpus* chosen was the text *The temptation of Jesus in the desert* (MATEUS 4, 1-11) because it is a narrative that, despite being written twelve centuries ago, expresses aspects of the discourse based on intentionality of a manipulative nature. The category of analysis was the manipulation strategies that are present in the discourse. To look objectively at this category, we follow the criteria: a) does the narrative *The temptation of Jesus in the desert* show manipulation? b) what are the manipulation strategies present in the *corpus* discourse of analysis? In theory, we conclude that, from the reading proposal made to meet the research objectives, three remarkable moments of manipulation were found: the first and second as two provocations and the third as a temptation.

Keywords: Discursive semiotics; Manipulation; Biblical narrative; Reading in basic education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Quadrado semiótico.....	28
Figura 2	-	Octógono semiótico.....	28
Figura 3	-	Argúcias da equipe A sobre as respostas da equipe B.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Percurso Gerativo da Significação.....	26
Quadro 2	-	Fases da execução do debate.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP	- Centro de Formação de Professores
GEDISSEN	- Grupo de Estudos em Discurso, Semiótica e Ensino
GELETRAMENTOS	- Grupo de Estudos sobre Letramentos
MEC	- Ministério da Educação
PIBID	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PN	- Programas Narrativos
PNE	- Plano Nacional de Educação
S	- Significação
S1	- Sema contrário
-S2	- Sema contraditório
S2	- Sema contrário
-S1	- Sema contraditório
UAL	- Unidade Acadêmica de Letras
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TRAJETO METODOLÓGICO	15
2 A SIGNIFICAÇÃO: DO SIGNO AO TEXTO	17
2.1 O SIGNO: DA FILOSOFIA À LINGUÍSTICA	17
2.2 EM BUSCA DA SIGNIFICAÇÃO	24
2.2.1 Nível fundamental	27
2.2.2 Nível Narrativo	29
2.2.3 Nível discursivo	31
2.3 A LEITURA NA BNCC	35
3 A NARRATIVA: DA TEORIA AO <i>CORPUS</i>	38
3.1 SOBRE A NARRATIVA	38
3.2 A BÍBLIA: DO UNIVERSO AO <i>CORPUS</i>	43
4 O DISCURSO DA MANIPULAÇÃO EM <i>A TENTAÇÃO DE JESUS NO DESERTO:</i> UMA PROPOSTA DE DEBATE	49
4.1 PROPOSTA DE LEITURA: DEBATE ESTRUTURADO	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	65
ANEXO A - EVANGELHO DE MATEUS	66

1 INTRODUÇÃO

A manipulação discursiva é um fenômeno da linguagem que está presente nos discursos diários das pessoas. Trata-se de uma ferramenta de indução que pode ser utilizada tanto positiva quanto negativamente, depende da pretensão do manipulador, posto que sua intenção é obter o que almeja, porquanto este faz uso de um discurso específico para incitar determinado comportamento em seu destinatário.

A princípio, todos os dias somos alvos de manipulação como também somos manipuladores, uma vez que os discursos que produzimos têm sempre uma intencionalidade. Nessa direção, o sujeito que busca realizar seu desejo apela para as estratégias de manipulação que contribuam para atingir sua meta. E nesse contexto, a Semiótica Discursiva se mostra eficiente para que possamos perceber e compreender como essas estratégias são construídas nos discursos.

Para tanto, a Semiótica Discursiva apresenta três níveis para se chegar à significação: o primeiro é o fundamental, onde se analisam as categorias semânticas que compõem a narrativa; o segundo é o narrativo, onde se observam as ações do sujeito e suas transformações no percurso em busca de seu objeto de valor; e o nível discursivo, onde se observa a forma como a história é enunciada, com destaque para atores, tempo e espaço, além das figuras e temas. É no nível intermediários que se articulam em três percursos, a saber, a manipulação, ação e sanção.

Para explorar construções de manipulação, assim como trabalhar a argumentação na escola de educação básica, buscamos uma narrativa do mito bíblico, uma vez que consideramos esses discursos prototípicos no que respeita a argumentação pela manipulação e por ser um dos materiais literários mais lidos no mundo para diversos fins. A Bíblia é composta por um conjunto de livros no seu interior, organizados em Antigo e Novo Testamento, em que encontramos os mais variados gêneros.

Seguindo o exposto, o que queremos saber é: quais as estratégias de manipulação discursivas presente na narrativa bíblica *A tentação de Jesus no deserto?* Pela construção da teia discursiva que se constrói a narrativa, acreditamos que uma manipulação presente na narrativa é a provocação como estratégia argumentativa para o demônio conseguir o que deseja. No referido texto, isso acontece, por exemplo, quando o tentador pede a Jesus que, se ele fosse Filho de Deus, transformasse pedras em pães.

Outra segunda investidura do tentador, que consideramos também uma provocação, se dá quando o demônio, continua agindo sobre o cognitivo de Jesus, contrariando a filiação dele

com o seu pai, além de intimidá-lo, induzindo-o a saltar das alturas, visto que, segundo o tentador, os anjos iriam salvá-lo.

Uma terceira manipulação que consideramos estar presente na narrativa é a tentação. Nesta, o demônio, pragmaticamente, utiliza o discurso de sedução ao mostrar todos os reinos do mundo e sua glória para tentar despertar cobiça oferecendo toda essa riqueza a Jesus em troca de ele se prostrar e adorá-lo.

Para comprovar ou refutar estas hipóteses levantadas, o objetivo geral da pesquisa é analisar as estratégias de manipulação discursivas presentes na narrativa bíblica *A tentação de Jesus no deserto* como proposta de leitura para o ensino médio. E como ações específicas para atingir a meta geral, elaboramos os seguintes objetivos: articular um arcabouço teórico sobre a Semiótica Discursiva, com ênfase nas estratégias de manipulação; debater sobre a prática de leitura articulada aos documentos parametrizadores; descrever as estratégias de manipulação em favor da argumentação que compõem o *corpus* da pesquisa como proposta de debate adaptável à educação básica.

Este trabalho fundamenta-se, essencialmente, nos aportes teóricos da Semiótica Discursiva com Greimas (1973, 1975), considerando também Courtés (1979) e outros que defendem esta teoria; nos estudos do signo para Saussure (2006) e Hjelmslev (2003), em estudos dos brasileiros a exemplos de Barros (2001, 2005) e Fiorin (2000).

Este trabalho centra-se na metodologia da Análise Semiótica do Discurso como ferramenta que permite o leitor decodificar, organizar e analisar o texto, ou seja, compreendê-lo de forma global em suas diversas instâncias para fins de construção e interpretação da significação. Logo, a sua abordagem do discurso é qualitativa.

Defendemos a discussão como relevante pelo fato de abrir possibilidades de leituras, formando, assim, leitores críticos capazes de extrair informações implícitas do texto, construir o seu sentido, além de dar espaço a questionamentos. É congruente também porque, trabalhando as estratégias de manipulação discursivas, que é uma ferramenta de persuasão, estamos propondo leituras produtivas e potencializando leitores competentes.

Outro ponto que defendemos como relevante é o uso de narrativas bíblicas para explorar as estratégias de manipulação como recursos argumentativos para persuadir o enunciário. Esses textos, que foram escritos por diversos autores de culturas diversas, agregam crenças e valores de acordo com seu tempo.

Além disso, trabalhar com a leitura no contexto educacional é sempre relevante. E agregar essa necessidade a uma teoria como a Semiótica Discursiva pode ser um importante

reforço em prol de uma educação que ofereça possibilidade de leituras produtivas desde os primeiros anos da educação básica.

Para organizar a estruturação do texto de forma que houvesse uma sequência didaticamente aparelhada dos temas, o trabalho apresenta quatro capítulos. O primeiro faz uma apresentação do texto orientando o leitor a conhecer a temática, o questionamento de pesquisa, as hipóteses, os objetivos, a indicação da teoria embasadora, a justificativa, a estruturação do trabalho, bem como a metodologia. Este é um capítulo de convite à leitura, esclarecendo o que vamos encontrar durante o texto.

O segundo capítulo trata dos processos da significação, iniciando com o estudo do signo até chegar ao texto. Discutimos, a princípio, sobre o signo filosófico para Platão (1988), e seguimos com o signo linguístico na ótica de Saussure (2006) e Hjelmslev (2003). Finalizamos o capítulo com a Semiótica Discursiva para Greimas (1979), e uma concisa exposição acerca da prática de leitura articulada aos documentos parametrizadores (BRASIL, 2018).

O terceiro capítulo disserta a respeito do conceito de narrativa, inquirido por autores brasileiros como Gotlib (1995), Gancho (2002), e estrangeiros como Squire (2014) e Kearney (2012), entre outros teóricos. Neste mesmo capítulo teorizamos brevemente a Bíblia como um compêndio literário com base nas reflexões de Cardoso (2017) e na leitura da própria Bíblia (2009). Posteriormente, perpetramos um apanhado do contexto histórico da narrativa bíblica escolhida para compor o *corpus* desta pesquisa e para isso nos embasamos na teoria de Gioia (1969) e Fillion (2008).

O quarto capítulo apresenta a análise da narrativa *A tentação de Jesus no deserto*, em que Jesus, o sujeito manipulado, passou por três investiduras do demônio, o sujeito manipulador, no insólito deserto da Judeia. Para tal feito, utilizaremos as contribuições da Semiótica Discursiva, assim como de outros autores que corroboraram para fundamentar as discussões elucidadas. Nesse mesmo capítulo, apresentamos a proposta de leitura pelo viés de um debate estruturado em três etapas: pré-debate, execução e pós-debate, consoante os subsídios de Ponciano (2018).

E como últimos pontos, construímos as considerações finais, onde se encontram elencados os resultados da pesquisa, com a comprovação das hipóteses e também com a indicação das metas propostas alcançadas, seguida da bibliografia utilizada durante a produção da base teórica, bem como da caracterização do *corpus*.

1.1 TRAJETO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem a metodologia apoiada na Análise Semiótica do Discurso, uma vez que ela analisa a estrutura de um texto e suas construções ideológicas. Portanto, cabe a essa ciência da linguagem explicar como “o texto diz o que diz e por que o texto diz o que diz”, além disso, “explica o sistema de regras que preside à constituição do sentido, bem como a ordem de necessidades a que o texto responde” (FIORIN, 2012, p. 1).

Em sincronia com a análise do discurso, a abordagem do *corpus* é qualitativa, visto que não fizemos uso de métodos e técnicas estatísticas, mas buscamos compreender e interpretar o que o discurso enuncia. Vejamos que:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Ademais, é considerado um estudo de natureza aplicada, pois visa contribuir para a prática de leitura em sala de aula de educação básica. Outrossim, queremos aplicar a teoria semiótica para a experimentação e verificação, assim como abrir espaço para diversos questionamentos e interpretações. Destarte, a leitura com base semiótica, proposta para a educação básica, corrobora para a compreensão do próprio texto, e faz com que os alunos construam ideias sobre ele e o interprete conforme as informações extraídas deste. Por conseguinte, ela é aplicada em virtude de se dedicar a geração de conhecimento para resolver um problema específico, envolvendo verdades e interesses locais, como postulou Prodanov e Freitas (2013).

O universo da pesquisa são as narrativas que compõem o evangelho sinótico de Mateus. Desse universo, o *corpus* escolhido foi o texto *A tentação de Jesus no deserto* (MATEUS 4, 1-11), pelo fato de ser uma narrativa que, mesmo sendo escrita há doze séculos, expressa aspectos do discurso fundado na intencionalidade de natureza manipuladora.

A categoria de análise, *a priori*, foram as estratégias de manipulação que estão presentes no discurso. E para olharmos com objetividade para essa categoria, os critérios elaborados são os seguintes: a) A narrativa, *A tentação de Jesus no deserto*, apresenta manipulação? b) Quais as estratégias de manipulação presentes no discurso *corpus* de análise?

Para realizar a pesquisa, seguimos as suas etapas: inicialmente fizemos um levantamento bibliográfico da teoria base para a análise que será empreendida; seguimos com a elaboração de fichamentos e resumos como os instrumentos de pesquisa indispensáveis para a compreensão da teoria; na etapa seguinte, procedemos à redação da teoria, bem como da descrição do *corpus* de análise; com teoria elaborada e *corpus* caracterizado, fizemos a análise do discurso para explorar a categoria pretendida no intuito de responder à pergunta de pesquisa e, conseqüentemente, atingir o objetivo proposto, em forma de proposta de leitura.

Esta última etapa que consiste numa leitura foi constituída como proposta de debate estruturado. Para a sua construção, adotamos as orientações postuladas por Ponciano (2018) ao pontuar que o debate estruturado parte de uma circunstância em que submerja valores humanos, uma vez que os integrantes desse ato podem compartilhar contextos diversos. Este está estruturado em três fases: pré-debate, execução e pós-debate. O pré-debate é a fase de preparação, pois versa nas leituras variadas que os alunos deverão fazer em detrimento do tema dado pelo(a) professor(a). A execução é a dinâmica em sala de aula que pode ser guiada por perguntas, percepções e movimentações. Por fim, o pós-debate são as conclusões e observações apresentadas pelos discentes.

2 A SIGNIFICAÇÃO: DO SIGNO AO TEXTO

Este capítulo atende aos seguintes objetivos específicos: articular um arcabouço teórico sobre a Semiótica Discursiva, com ênfase nas estratégias de manipulação, elaborado para esta pesquisa; e debater sobre a prática de leitura articulada aos documentos parametrizadores. Para tanto, discutimos acerca do signo em duas dimensões. Inicialmente tratamos do signo à luz da Filosofia. Primeiro na ótica de Platão (1988), seguindo com Agostinho (2002), João de São Tomás (2001), Locke (1991), Peirce (2005) e Bakhtin (2002) com o signo ideológico. Subsequentemente, controvertemos a respeito do signo linguístico com Saussure (2006) e Hjelmslev (2003). Depois tratamos das questões da semiótica, com Greimas e Courtés (1979), nas reflexões de Fiorin (2000), e para concluirmos o capítulo, fizemos uma breve exposição sobre a prática de leitura à luz da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018).

2.1 O SIGNO: DA FILOSOFIA À LINGUÍSTICA

No que condiz ao percurso histórico-filosófico da teoria dos signos, um dos percursores que contribuiu para o desenvolvimento dessa teoria, no período Medieval, foi o filósofo grego Platão. No diálogo *Crátilo*, Platão (1988) estruturou um modelo triádico do signo, seguindo os seguintes componentes: nome (*ónoma, nómos*); ideia (*eidos, logos*); coisa (*prágma, ousia*).

Segundo Nöth (1995), Platão concluiu que o percurso dos signos verbais, naturais e convencionais se constituem como uma representação, uma incompletude da verdadeira natureza das coisas. Com relação ao estudo das palavras, observou que elas não revelam nada a respeito da verdadeira natureza das coisas, pois constituem a realidade do universo, outrossim, as cognições que se sobressaem por meio dos signos são meras impressões indiretas, portanto, inferiores às cognições diretas.

No âmbito da Lógica e da Retórica, Boulnois (1999, p. 19) enunciou que Aristóteles definiu signo como uma “premissa demonstrativa necessária ou provável: quando uma coisa está sendo, uma outra é, quando uma coisa está se tornando, uma outra se torna”. Gambarato (2005) compreendeu essa definição do filósofo relacionando um signo com outro. Nas ideias da autora, uma coisa implica outra, por exemplo, A e B são signos diferentes, entretanto, um implica o outro, então podemos aferir que o signo A atua como signo de B. Para a autora, Aristóteles descreveu o signo como uma proposição necessária que leva a uma conclusão permitindo, assim, a indução entre duas proposições, além disso, seu modelo sógnico é triádico.

Os Estoicos¹, a partir da teoria de Platão sobre os signos, desenvolveram um modelo triádico que, segundo Lima (2007), o *Semáinon* é considerado como o significante (aquilo que é percebido como signo, portanto, a parte perceptível), já o *Semainómenon ou lékton* é o significado, e *Tyghánon* consiste no objeto a qual o signo se refere. Assim, o signo estoico é um elemento silogístico de indução pelo fato deste ser antecedente de uma premissa maior revelando a sua eloquência.

Neste prisma, ao passo que os Estoicos têm como base um modelo triádico do signo, os epicuristas, conforme Nöth (1995), foram contra eles, pois pretendiam subtilizar um protótipo diádico do signo, em que são introduzidos apenas o significante (*semáinon*) e o objeto referido (*tyghánon*). O (*lékton*), que é a imagem imaterial do signo, não é reconhecido na sua estrutura semiótica. A autora afirmou que há no modelo Epicurista² uma epistemologia materialista porque o objeto físico é visto como a origem das imagens (*eídola*) que emanam do seu núcleo formando partículas, ou seja, os átomos. Estes são icônicos em virtude de reaparecer como um receptor, uma nova imagem chamada fantasia, conseqüentemente, ambas as imagens, a saber, a emitida através do objeto e a captada pelo observador, constituem a estrutura diádica do signo para os epicuristas.

Ainda sobre a perspectiva histórica do signo, outro estudioso que se dedicou também a explorá-lo, na área da Teologia, foi o teólogo Agostinho (354 a 430 d.C.), na Idade Média. Em sua semiótica, ele desenvolveu uma espécie de doutrina que serviu de subsídio para tratar dos sinais (*de signis*), principalmente no que concerne à análise das Sagradas Escrituras. Para este, os fundamentos essenciais para o estudo da Bíblia é encontrar as coisas a serem entendidas e, posteriormente, explicá-las. Em *A Doutrina Cristã*, sua obra póstuma, discorreu que:

O sinal é, portanto, toda coisa que, além de impressão que produz em nossos sentidos, faz com que nos venha ao pensamento outra idéia distinta. Assim, por exemplo, quando vemos uma pegada, pensamos que foi impressa por animal. Ao ver fumaça, percebemos que embaixo deve haver fogo. Ao ouvir a voz de um ser animal, damo-nos conta do estado de seu ânimo. Quando soa a corneta, os soldados sabem se devem avançar, retirar-se ou fazer alguma outra manobra, exigida pelo combate (AGOSTINHO, 2002, p. 85- 86).

¹ “Escola Helenística fundada por Zenão de Cícero ao final do século. II a. C e cuja influência se estende desde a Grécia antiga até filosofias mais recentes do sec. XIX [...]. A escola estoica defendia uma doutrina una e coerente e muitas vezes representavam sua doutrina pela imagem de uma árvore (onde o caule seria a física, os galhos, a lógica; e as folhas seriam a ética, ou moral)” (MOURA, 2012, p. 111).

² Escola filosófica instituída por Epicuro, no sec. III a. C. “O Epicurismo tem como objetivo principal tornar o homem feliz, livrando-os de suas angustias e inquietações. Epicuro diz que os fenômenos naturais são explicados de formas naturais e têm aí a sua causa. Suas explicações não se propõem à satisfação científica, mas tem uma única finalidade: trazer tranqüilidade aos homens” (CÂMARA, 2014, p. 2).

Diante do exposto, percebemos a naturalidade e convencionalidade dos sinais, à medida que, conforme o teólogo, os naturais são aqueles que já compreendemos o que significa, ou seja, os que pelo sinal já entendemos o que deve estar ocorrendo, como o sinal de fumaça que está internalizado em nossa mente dizendo que, quando há fumaça, existe fogo por perto, logo, corresponde a uma causa natural. É da mesma forma o som da corneta, pois naquela época quando ela era tocada significava que alguma coisa deveria ser feita, isto é, ou os soldados tinham que avançar e guerrear ou retirar-se, além disso, era uma forma de comunicar a todos da cidade que uma guerra estava prestes a começar, que os inimigos estavam próximos.

Destarte, os signos convencionais estão relacionados com a intencionalidade, em virtude de serem seres que manifestam nossos pensamentos e sentimentos, por exemplo, a comunicação humana, na ótica do autor, se dá não apenas verbalmente, mas através das sensações e percepções como os gestos, o olhar, o paladar, bem como do olfato. Assim como abordou o autor, Santaella (2017) complementou sobre essa concepção, escrevendo que “todos os seres vivos, inclusive as plantas, usam signos para se comunicar, porque a comunicação e os signos são essenciais para sobreviver” (SANTAELLA, 2017, p. 9). A autora explica que os signos representam vida e sem eles não há existência, aponta também que não só os seres humanos emitem signos e convivem com eles, porque existem aqueles não produzidos por estes como o céu nublado denotando chuva, o gelo designa que a temperatura está abaixo de zero, uma dor de cabeça e de garganta que pode ser uma suposta gripe, entre outros.

Agostinho argumentou também sobre a necessidade de se conhecer as línguas e, para isso, definiu os signos como elementos figurados ou metafóricos, porque existem coisas que já são convencionalizadas na mente humana, mas que possuem um significado diferente quando está dentro de outro contexto, a exemplo disso, mencionou a linguagem nas Sagradas Escrituras, ou melhor, a questão da compreensão do texto, visto que, nos seus ditos, ao mencionarmos *boi* entenderemos que seja um animal que se costuma chamar assim.

No Antigo Testamento, precisamente no livro do Deuteronômio (25,4), da Edição Ave Maria, o versículo: “Não atarás a boca ao boi quando ele pisar o grão” fazia parte de uma das leis criadas por Moisés, como forma de proteção e cuidado com os animais, posto que, na época da colheita, o processo de separação da semente da espiga era feito pelos bois, em virtude do seu peso contribuir para tal feito, pois eles pisavam em cima delas e as debulhavam. A técnica que os agricultores faziam para que os animais não começassem os grãos era amarrar sua boca. No Novo Testamento, o apóstolo Paulo atribuiu outro sentido ao versículo quando escreveu: “Na lei de Moisés está escrito *Não atarás a boca ao boi que debulha*” (1Cor 9,9). Aqui, ele refere-se ao pregador do evangelho pelo fato de sempre estar na labuta anunciando os ensinamentos

de Deus. Isso porque muitos governantes da época do apóstolo queriam “atar sua boca”, isto é, impedi-lo de pregar a palavra de Deus às nações. Porquanto, a palavra *boi*, nesse contexto, comporta-se como um elemento figurado dado que é o mesmo ser, porém, com significados contrários.

O signo foi também objeto de estudo do filósofo, teólogo e representante da Escolástica³, João de São Tomás (1589-1644). Embasado nas contribuições de Aristóteles, em sua obra *Tractatus de signis (Tratado dos signos)*, especificamente no segundo artigo das *Súmulas*, ele apresentou uma definição e divisão do signo. De acordo com o dominicano, “signo, então, define-se em geral como aquilo que representa à potência cognitiva alguma coisa diferente de si” (TOMÁS, 2001, p. 52).

Para compreendermos melhor a perspectiva de signo à luz do escolástico, é preciso sabermos que a cognição tem quatro causas tais como: eficiente, objectiva, formal e instrumental. Para Tomás (2001), a causa eficiente se constitui como a potência que dá origem ao conhecimento, como a visão, a audição e o intelecto. A objectiva é a coisa que move, ou seja, a partir da cognição conseguimos distinguir o objeto, por exemplo, a distinção da pedra para um homem. A formal é o próprio conhecimento pelo qual o intelecto, que é a potência, se torna cognoscente como a própria visão da pedra, o barulho de uma coisa, a imagem de um homem, e a instrumental é o meio pelo qual o objeto é representado, isto é, o ícone exterior de César presente em uma moeda representa César, portanto, saberemos que esse objeto pertence ao imperador romano, logo, através da sua imagem o reconhecemos.

A Gramática de Port-Royal, de Lancelot e Arnauld (1660), toma Descartes como referência para explicar a ideia de pensamento que, para o filósofo, é independente das línguas, logo, é extralinguístico. Ele pontuou que a linguagem pode ser motivo de erro e equívoco, pois de um lado há as ideias e de outro o mundo, a realidade a ser assimilada pelas ideias. À medida que a linguagem faz essa intermediação entre ideias e mundo, atrapalha a relação entre pensamento e ser, porque as palavras não são semelhantes ao conhecimento claro e distinto das coisas. Do mesmo modo, as palavras que, ao exprimirem as coisas, são bem mais lembradas do que as coisas que as externam. Assim, valoriza-se as palavras e esquece que o meio de aprender é através da racionalidade das coisas, que provém do pensamento (ARAÚJO, 2004).

³ É uma Filosofia cristã vinculada à vida e às ações humanas. “A Escolástica é uma criação medieval, que surgiu no interior das escolas, no seio das relações medievais. É filha dos conventos, das catedrais e, mais tarde, das Universidades medievais. Trata-se, portanto, de algo novo. Mais do que isso, ela responderia às questões humanas de sua época, revelando, assim, um impulso vital que passa despercebido aos estudiosos que julgam que a Escolástica nada teria criado” (OLIVEIRA, 2013, p. 40).

John Locke, considerado um dos maiores líderes da doutrina filosófica chamada de Empirismo⁴, e principal pensador da história da Semiótica, escreveu um livro chamado *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* (1690). Nessa obra, o filósofo inglês foi contra a doutrina do inatismo defendida por alguns escritores, como Descartes, Platão e Agostinho, que acreditavam que o homem já nascia com uma creança. No que diz respeito a concepção de signo, Locke o concedeu como um “instrumento de conhecimento”, e os distinguiu em duas classes, das ideias e das palavras. As ideias significam objetos no intelecto humano, já as palavras não representam nada (LOCKE, 1991).

Outro renomado escritor que contribuiu para o estudo da teoria dos signos foi Charles Sanders Peirce (2005), em razão de ter sido um leitor assíduo dos semioticistas escolásticos que, por sua vez, tiveram como pano de fundo os fundamentos da filosofia estoica. Na semiótica peirceana, o signo é tricotômico, visto que é constituído de um interpretante, representâmen e um objeto. Portanto, de acordo com sua teoria:

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representâmen (PEIRCE, 2005, p. 46, grifo do autor).

Para o autor, o representâmen é o signo primeiro, ou seja, é a representação do objeto tal como ele é, em contrapartida, o objeto é a forma que o signo é representado, e o interpretante é o modo como a pessoa do discurso o compreende. À vista disso, o signo pode ser tratado como o próprio objeto em suas diversas instâncias, em virtude de todo signo gerar outro signo pela capacidade imaginária do ser humano, dessarte, o autor chama de interpretante. Portanto, o representâmen é tudo aquilo que representa algo para alguém, visto que quando uma pessoa está pensando é criado em sua mente um signo. Logo, na ideia do autor, o próprio pensamento humano é sígnico e o objeto se faz objeto para um signo-pensamento, por efeito de este só fazer sentido à proporção que serve de objeto para um signo que o interpreta.

Por conseguinte, em *Maxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (2002) teoriza que o signo é um elemento de natureza ideológica. Em suas palavras, tudo que é ideológico, por

⁴ É uma corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma da verdade. Esta caracteriza-se “pela negação do caráter absoluto da verdade ou, ao menos, da verdade acessível ao homem”; outrossim, pelo “reconhecimento de que toda verdade pode e deve ser posta à prova, logo eventualmente modificada, corrigida ou abandonada (ABBAGNANO, 2007, p. 326).

exemplo, o discurso de outrem, os seus pensamentos, as suas ações diante de respectivas situações que envolvam o compartilhamento de informações, possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Nesse sentido, o signo é o material da ideologia. O autor argumenta que tudo que é ideológico pode ser considerado como um signo, haja vista que sem signo não existe ideologia porque eles são supridos de significações ideológicas, logo, todo signo precisa ser contextualizado para que este ganhe significado, até porque é do próprio contexto social e histórico, caracterizado por sua natureza material, que emana a ideologia, visto que:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer (BAKHTIN, 2002, p. 33).

Diante disso, o signo ideológico comporta-se como um fenômeno material que se constitui ideologicamente no mundo exterior, portanto, é um fragmento que expressa a realidade a qual o sujeito está imerso. Quando o signo entra em contato com outros signos ocorre reações e com isso novos signos vão surgindo no mundo material constituindo, assim, o discurso, em outros termos, essa construção discursiva é como se fosse uma resposta para os outros signos gerados. Posto isto, um signo aleatório não possui valor semântico, todavia, um signo reflete e refrata a sua significância, quando mantém uma ligação contínua com outros signos, é um signo permeado de significações.

Dessas reflexões também tem origem o signo linguístico. Um dos percursores da Linguística, que contribuiu a respeito da ideia de signo foi o linguista genebrino Ferdinand de Saussure (1857-1913), no seu livro *Curso de Linguística Geral*, organizado em 1916 por seus alunos Charles Bailly e Albert Séchehaye. Para Saussure (2006, p. 80-81) “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces”, ou melhor, é “[...] a combinação do conceito e da imagem acústica”, isso porque ele é composto por dois elementos significativos que o constituem, a saber, o significante e o significado. Ademais, para este, a língua é um sistema de signos.

Outros linguistas deram continuidade ao trabalho de Saussure, mas um dos principais foi L. Hjelmslev, cujas reflexões deixou registradas em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, publicada em 1943. Nesta obra, ele argumenta sobre os fundamentos da Glossemática, que é uma teoria linguística elaborada com o seu amigo H. Uldall.

A linguagem é a possibilidade que cada um tem de usar uma língua. É através da linguagem que expressamos as nossas opiniões, conceitos, sentimentos, que se materializam em formas significativas como sinais, imagens, palavras, gestos, sons, entre outras, pois são diversas. A língua, na perspectiva de Hjelmslev (1975), é considerada não como um sistema de signos, mas como um sistema de figuras que são os não signos em contraposição com os signos, visto que ela agrupa aspectos verbais e não verbais da língua, logo, tudo que representa um objeto, é considerado um signo.

O signo, na teoria de Hjelmslev (1975), além de ser realista e impreciso, funciona, designa, significa, por conseguinte, é portador de uma significação. O signo possui uma natureza abrangente de significações, mesmo que seja representado por uma palavra ou objeto, não é vazio de sentido, porém, para que o seu sentido seja amplo, é necessário que ele esteja situado em um contexto, visto que “considerado isoladamente, signo algum tem significação” (HJELMSLEV, 1975, p. 50). Sendo assim, uma palavra, por exemplo, estudada fora do seu contexto é apenas um signo, embora não seja totalmente vazia de sentido, ela não possui tanta relevância como empregada a um determinado texto.

Diante disso, para melhor compreender a ideia de significação é pertinente analisá-lo dentro e fora do seu contexto. Por exemplo, “pena” é uma palavra polissêmica da língua portuguesa, haja vista que ela possui significados distintos, ou seja, punição, castigo, compaixão. Quando articulada a um cenário, é possível abstrair sentido, por exemplo: “Tenho pena de você,” “Não há pena sem provas.” Então, mesmo sendo uma frase, o signo polissêmico, expresso nestas, são significativos porque compreende-se a sua função.

Partindo desse pressuposto, Hjelmslev (1975) discorre que a teoria tradicional concebe o signo como uma expressão de um conteúdo exterior a si próprio, entretanto, ele argumenta que a partir da teoria moderna, formulada por Saussure e Leo Weisberger, o signo é composto por duas grandezas: expressão e conteúdo. Estas possuem não apenas forma como também substância posto que ambas estão atreladas ao conhecimento da língua.

O autor preferiu denominar o significante como plano de expressão e o significado como plano de conteúdo, além de substituir a ideia de signo por semiose. É a partir disso que a sua teoria entra em confluência com a saussuriana, pois, segundo o dinamarquês, o que une a expressão e o conteúdo é a função semiótica. Outrossim, “a forma é semelhante a uma gramática que compreende uma morfologia e uma sintaxe. No conteúdo, a relação de dependência entre a substância (que é semântica) e a forma (que é semêmica) dá origem ao significado” (LIMA, 2007, p. 22). Portanto, uma expressão só é designada assim porque há um conteúdo em sua essência, de igual modo o conteúdo, dado que só é conteúdo pelo fato de

possuir um conteúdo em sua expressão, porquanto, não existe expressão sem conteúdo e nem conteúdo sem expressão, pois, na expressão, a substância é fêmica e a forma é femêmica, originando, assim, o significante.

Dando continuidade ao que já foi citado anteriormente, o plano de expressão, bem como o plano de conteúdo se desdobram em dois extratos. O primeiro se desdobra em forma e substância da expressão, assim como o segundo que se desdobra em forma e substância do conteúdo. Para melhor compreendermos, utilizamos a palavra *Bíblia* como referência. O seu plano de expressão é composto pela forma de expressão, portanto, são as relações estruturais entre o som. A substância da expressão é o som (fones) ou as letras (grafemas), a massa fônica ainda não sistematizada na língua. Agora, observamos o plano de conteúdo deste enunciado. A forma de conteúdo são as relações semânticas, a sistematização da ideia, nesse caso, a entendemos como conjunto de livros sagrados do Antigo e Novo Testamento. A substância do conteúdo é o pensamento amorfo, ainda não sistematizado.

Continuando a discussão, no próximo tópico, dialogaremos, de modo especial, com a teoria de Greimas (1973,1975,1979) com o objetivo de apresentar o Percorso Gerativo da Significação.

2.2 EM BUSCA DA SIGNIFICAÇÃO

No que concerne ao percurso da significação, é através da obra *Semântica Estrutural*, publicada originalmente em 1973, e organizada pelo semioticista Algirdas Julien Greimas (1917-1992) em Paris, na França, que este concatenou suas ideias sobre a significação. Sua semiótica passou a ser chamada de greimasiana, discursiva ou narrativa. A significação é um conjunto de sinais que se associam para assim construir um sentido, pois é aquilo que um signo quer expressar, e que, *a posteriori*, forma o discurso.

De acordo com Greimas (1973, p. 11), “[...] o mundo humano se define essencialmente como o mundo da significação. Só pode ser chamado de ‘humano’ na medida em que significa alguma coisa”. Mediante isso, ele postulou que é através das contribuições da pesquisa científica sobre a perspectiva da significação que as ciências humanas podem encontrar o seu denominador comum, então, a semiótica, que é o estudo do sentido, estaria na base das ciências humanas. Além do mais, o lituano postulou que a semântica deveria ganhar um lugar de destaque entre os ramos que compõem a linguística, todavia, ela ainda é considerada como a

sua parte pobre, visto que ainda se encontra percalços em delimitar métodos próprios para esta disciplina.

Outrora, no que condiz as similitudes epistêmicas entre percepção e significação, Greimas (1973, p. 15) pontuou que a “[...] percepção como o lugar não lingüístico onde se situa a apreensão da significação”. Mediante o exposto, é através da articulação da linguagem que o homem dá sentido aos objetos que estão situados no mundo, é, pois, o homem que nomeia as coisas, portanto, dá qualidade e atribui suas funções, destarte, este é o elemento principal na operacionalização do mundo das significações.

Em seu ensaio *Sobre o Sentido*, argumentou que “o homem vive num mundo significante” (GREIMAS, 1975, p. 12-13). Nessa abordagem, o sentido não se coloca, logo, é colocado em virtude de se impor como uma evidência. É da mesma forma em um texto, ou seja, ele é composto por um emaranhado de signos que se constituem formando o discurso. O seu sentido não está explícito, é necessário ser atribuído porque não se constrói sozinho, assim, é por meio da interação entre autor-leitor que este é formado. Além disso, as práticas culturais e históricas, bem como o conhecimento de mundo corroboram para isso, tendo em vista que estamos situados em um mundo significante. Assim, para o estudioso de semiótica, a significação é uma transposição de um nível de linguagem a outra, e o sentido é essa possibilidade de transcodificação linguística.

Então, a significação, à luz de Greimas e Courtés (1979), é suscetível para operacionalizar e designar, ora o fazer, logo, a significação como um processo, ora o estado, portanto, aquilo que é significado, que tem como pano de fundo uma concepção dinâmica ou estática da teoria subjacente. Nesse panorama, ela pode ser parafraseada seguindo uma perspectiva de produção de sentido como de sentido produzido. O processo de significação de um texto, por exemplo, se dá por meio de encadeamentos de signos que se juntam às interações discursivas, materializando-se entre o plano de expressão e o de conteúdo constituindo à textualidade.

A linguística gerativa, nas palavras de Greimas e Courtés (1979), propôs três níveis para representar o simulacro de produção de discursos, o que chamamos de percurso gerativo da significação, a saber, o fundamental, narrativo e discursivo. Esse percurso vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto.

Neste viés, as estruturas sêmionarrativas são constituídas pelo nível mais abstrato, haja vista que são apresentadas sob a forma de uma gramática semiótica e narrativa representadas por dois elementos, o sintáxico e o semântico, além de dois níveis de profundidade, a sintaxe

2.2.1 Nível fundamental

O nível fundamental ou profundo do percurso gerativo é o primeiro a se fazer presente na construção do enunciado. É a partir dele que o discurso se constrói. Este apresenta categorias estruturadas a partir de uma sintaxe e de uma semântica fundamental. No tocante à Sintaxe Fundamental, Greimas (1975), através do seu quadro semiótico, mostrou como a narrativa se desenvolve a partir das categorias semânticas de negação, além de expor uma relação entre os termos contrários, contraditórios e implicativos. O termo contrário mantém uma associação de contrariedade pelo fato de possuir pressuposição recíproca. Já o ato de negar define o contraditório. Assim, ambos mantêm uma relação de polaridade, além disso, são antagônicos entre si e podem estabelecer a ausência ou presença de algum traço que são as implicações ($S_1 \dots -S_2$ e $S_2 \dots -S_1$)⁵.

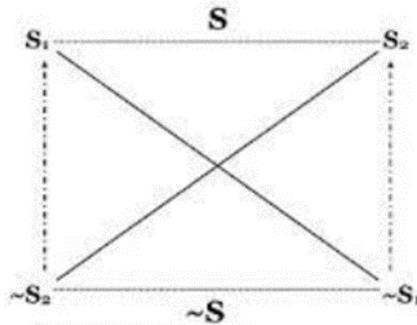
É preciso destacar que os termos que mantêm uma relação de contrariedade possuem um conteúdo comum, por exemplo, se pensarmos na parábola do Semeador (MARCOS, 4, 1-20), podemos destacar como contrários *boa* e *má* unidos no mesmo universo de *semente*, tendo em vista que é uma marca semântica específica que prevalece não somente na adjetivação *boa*, mas em *má* também. Por isso, para haver objeção, traços comuns precisam existir, assim, a diferença é estabelecida.

Nesse ínterim, para Greimas (1975), a significação S aparece, ao nível de sua primeira apreensão, como um eixo semântico que se opõe a -S, entendido como ausência absoluta de sentido e contraditório ao termo S. O eixo semântico S, denominado de substância do conteúdo, articula-se, a partir do nível do conteúdo, em dois semas contraditórios: ($S_1 \longleftrightarrow -S_2$)⁶. Estes dois semas, empregados separadamente indicam a existência de dois termos contraditórios, a saber, ($S_1 \longleftrightarrow -S_1$ e $S_2 \longleftrightarrow -S_2$)⁷. Convém ressaltarmos que, quando o S se situa em suas articulações, ele pode ser redefinido como um sema complexo (S_1 e $-S_2$), por reunir uma dupla relação de disjunção e conjunção. Na figura abaixo, elencamos a ilustração da estrutura elementar da significação, conforme Greimas (1975).

⁵ relação de implicação

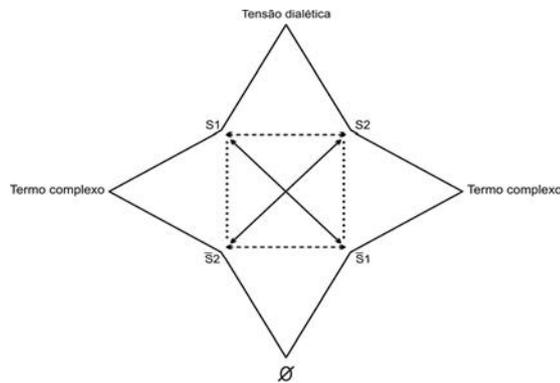
⁶ \longleftrightarrow relação de contrários

⁷ \longleftrightarrow relação de contraditórios

Figura 1 - Quadrado semiótico

Fonte: Greimas (1975, p. 127).

Em conformidade com as ideias de Lima (2007), que apresentou o octógono semiótico, a partir das contribuições de Greimas e Courtés (1979), a relação de contrários sustenta a tensão dialética do quadrado semiótico. De acordo com a autora, o octógono é a ampliação do quadrado, além disso ressaltou que é das relações de implicação ($S_1 + -S_2 + e S_2 + -S_1$) que os termos complexos são gerados, e a combinação dos termos ($-S_1$ e $-S_2$) definem o termo neutro (\emptyset), o que entendemos como uma ausência semiótica. A figura abaixo clarificará o que foi exposto.

Figura 2 - Octógono semiótico

Fonte: Greimas e Courtés (1979, p. 367).

Na Semântica Fundamental, cada elemento que compõem a base semântica de um texto recebe uma classificação chamada de euforia *versus* disforia, conforme Greimas e Courtés (1979). A euforia é tida como algo positivo presente na narrativa, ao passo que a disforia comporta-se como um elemento negativo. Os positivos são valores atraentes, logo, eufóricos, já os negativos são repulsivos, portanto, disfóricos.

2.2.2 Nível Narrativo

O segundo nível é o narrativo ou narrativização, que tem a função de descrever e explicar a forma de existência e o funcionamento das estruturas narrativas ou superficiais do percurso gerativo de sentido, conforme Barros (2001). Esse nível é composto por uma sintaxe e uma semântica que busca entender o fazer do homem, a sua existência, os seus valores, atitudes, ideologias e comportamentos no âmbito social, objetivando-o mudar os rumos da história e do mundo, quer no sentido positivo quer no negativo.

Na perspectiva de Fiorin (2000, p. 20), “nem todos os textos são narrativos, é preciso fazer uma distinção entre narratividade e narração.” Partindo desse pressuposto, a narratividade é entendida como uma transformação de conteúdo. Então, numa narrativa mínima, ocorre uma mudança na fase inicial, uma transformação e um estado final. A narração é configurada pela mudança discursiva e expressiva na personalidade das personagens. Nessa sintaxe, há os enunciados de estado e os de fazer. Os de estado possuem um vínculo de junção entre o sujeito e o enunciado, e os de fazer são responsáveis pela passagem de estado de um enunciado para outro.

Para Fiorin (2000), esse nível é responsável por estudar os sujeitos da narrativa, seus contratos, comportamentos e ações. Para analisar enredos narrativos, a semiótica surge como uma sequência canônica, ou melhor, percursos distintos, a conhecer: o da manipulação, ação e a sanção.

Na concepção do autor, o percurso da manipulação está dividido em quatro partes, a tentação, intimidação, sedução e provocação. O primeiro é a tentação. Neste, o manipulador (destinador) promete um objeto de valor à pessoa a quem irar manipular (destinatário), logo, tenta suborná-lo, porquanto, é ele quem determina a tarefa a ser executada, mas para que ela seja realizada com sucesso, é fundamental que a oferta seja boa, atraente e desejável. Diante disso, se a proposta do manipulador chamar a atenção do destinatário, por exemplo: *Se você estudar para o vestibular e for aprovado, te dou um Iphone*, revela uma tentação. Vale a pena ressaltar que a tentação não se torna atraente quando o objeto ofertado pelo destinador não chama a atenção do actante.

No que toca à intimidação, o manipulador tem a função de ameaçar o destinatário, privando-o de algo agradável. Sua função não é atribuir valores positivos, mas sim questioná-lo, levando-o à reflexão, além de fazê-lo praticar uma coisa mesmo não sentindo-se bem, isto é, sente-se pressionado. Por exemplo: *Se você não for ao templo, não receberá as bênçãos de*

Deus. O manipulador tenta induzir o destinatário a praticar a sua fé, caso contrário não será contemplado com as bênçãos divinas.

No que tange à sedução, a função do manipulador é exaltar e adular o seu destinatário para que ele sintasse bem, ou seja, a partir da atribuição de boas qualidades, visto que é fazendo isso que o sedutor convence o sujeito manipulado, instigando-o a realizar as tarefas solicitadas para assim confirmar a sua tese. Por exemplo: *Maria, sua voz é tão linda, por isso não vai deixar de cantar à missa hoje, não é?* A outra manipulação é aquela que apela para um viés cognitivo, a provocação acontece quando o manipulador aborda uma imagem negativa do sujeito, como: *Se és filho de Deus, ordena que estas pedras se tornem pães*.

Em resumo, para reforçar a nossa compreensão do que foi supracitado, Lima (2012, p. 5) organizou o percurso da manipulação em quatro categorias. Para melhor compreendermos, construímos uma tabela e inserimos as contribuições do autor sobre a temática discutida. Vejamos a **Tabela 1** abaixo:

Tabela 1 - Percurso da manipulação

AS CATEGORIAS DA MANIPULAÇÃO	
Tipo 1 – Ofertas de valores	Tipo 2 – Construções identitárias
<ul style="list-style-type: none"> • Tentação – valores eufóricos • Intimidação – valores disfóricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Sedução – Imagem positiva • Provocação – Imagem negativa

Fonte: Lima (2012, p. 5).

Na instância da ação, de acordo com Fiorin (2000), é por meio do sujeito que a transformação da narrativa acontece, então, tem-se aí um *poder fazer*. Vale a pena salientar que esses elementos discursivos podem aparecer de vários modos na narrativa, mesmo que seja de forma superficial. Isto é, nos contos de fadas há a presença de elementos superficiais no texto, por exemplo, encontrar um pote de ouro no fim do arco-íris, assim, tem-se um estado de conjunção expresso pelo encontro da riqueza. Já a disjunção ocorre quando o sujeito manipulador não consegue o que almeja, por exemplo, na narrativa *A tentação de Jesus no deserto*, eventualmente, o sujeito, sob o nome de Jesus, não cedeu às manipulações de Satanás.

Greimas e Courtés (1979) postula que o *dever-fazer* e o *querer-fazer* representam o desejo que o sujeito virtual tem pelo objeto de valor, destarte, o seu querer e o seu fazer o faz um sujeito transformador. O *poder-fazer* e o *saber-fazer* são modalizações positivas atribuídas ao sujeito, deste modo, ele sente-se motivado a agir, tendo em vista que é tido como aquele que

conhece tudo e todos. A partir do momento que o sujeito consegue o objeto desejado, ele torna-se realizado, como se tivesse cumprido a sua tarefa.

Por este ângulo, para assimilarmos o que foi dito acima sobre o percurso da ação (ou do sujeito), Lima (2012) embebido dos postulados de Greimas e Courtés (1979), discorreu que a semiótica distinguiu tipos de *Programas Narrativos* (PN), visto que, em conjunto, dão vida ao sujeito. Sendo assim, ele está dividido em três partes: o primeiro é o de *Aquisição e Privação*. O de aquisição “acontece quando o sujeito passa a um estado de conjunção com algum objeto, e essa aquisição pode se dar de duas formas, por **doação** ou **apropriação**. Do mesmo modo o PN de privação pode ser caracterizado por **espoliação** ou **renúncia**” (LIMA, 2012, p. 7, grifo do autor). O segundo é o de *Performance* “[...] que se dá quando o sujeito opera uma transformação no mundo e para si mesmo passando ao estado de conjunção (ou disjunção) com algum objeto”, além disso o sujeito geralmente provoca uma transformação pela aquisição de **um objeto de valor descritivo**, que nalguns casos é chamado de “**objeto-valor**”. E o terceiro é o de *Competência*, neste “acontece uma transformação, mas não “para” o sujeito, e sim, “no” sujeito. A finalidade dessa transformação é adquirir uma “competência” que torne o sujeito apto a conquistar seu objeto de valor descritivo” (LIMA, 2012, p. 7-8, grifo do autor).

Quando a ação termina, inicia a sanção, que é prêmio ou o castigo, portanto seu objetivo é avaliar o desempenho do sujeito na narrativa. Para que isso ocorra, é preciso passar pelas categorias que a compõem. A primeira é a cognitiva, responsável pela avaliação da performance do sujeito, e de omitir sua sentença, podendo ser positiva ou negativa. Se o sancionador aprovar as ações do sujeito, ele pode receber elogios, mas, se desaprovar, ele desmascara-o. O segundo tipo de sanção é a pragmática, que é correlata à manipulação, pois apresenta um juízo epistêmico articulado pelo Destinador-julgador. Ao observar o seu desempenho, ele pode oferecer uma recompensa, porém, caso não aja conforme a vontade do sancionador, este pode ser punido (GREIMAS; COURTÉS, 1979; LIMA, 2012).

2.2.3 Nível discursivo

O terceiro nível do Percurso Gerativo da Significação é o discursivo. A Sintaxe Discursiva estuda as marcas da enunciação no enunciado através das relações de discursivização compostas pela actorialização, espacialização e a temporalização, responsáveis pela constituição das pessoas, do espaço e do tempo do discurso. Na enunciação, existe um enunciador, aquele que fica responsável por dirigir à mensagem, bem como um enunciatário,

aquele que a recebe. Portanto, a sintaxe do discurso incorpora as projeções da instância da enunciação no enunciado e suas associações entre enunciador e enunciatário.

Consoante Benveniste (1989), o primeiro a estudar as inquirições da enunciação, pontuou que ela é uma proposição funcional em que a língua é utilizada de forma individual. O autor salienta que é necessário ficar atento com a condição específica da enunciação, e suas diversidades de situações de produção. Além disso, buscar compreender como o enunciado está sendo produzido, em qual perspectiva e finalidade, e como ele é entendido e interpretado pelo sujeito, e não apenas se atentar para as dimensões materiais do texto. Esta ação acontece quando o locutor mobiliza a língua por sua conta, ao determinar os caracteres linguísticos próprios da enunciação. O locutor toma a língua por instrumento, e os caracteres linguísticos marcam essa relação.

Esse processo pode ser estudado em inúmeros aspectos, todavia, veremos somente os três que o autor elencou, a saber, a realização vocal da língua, os mecanismos de produção vocal e os caracteres formais da enunciação. Entendemos que a realização vocal da língua se dá por meio do som que é emitido e percebido como um processo de aquisição, difusão e alteração, que sucedem nos atos individuais da comunicação humana e que acontece no interior da fala. Por esse motivo, o autor reitera que a enunciação produz o enunciado e não o seu texto.

A enunciação pode ser implícita ou explícita, no qual há a presença de uma alocação (pessoa que profere a enunciação – usamos o termo *eu*) e um alocutário (indivíduo que está presente – usamos o termo *tu*). Por fim, ela manifesta uma relação com o mundo, posto que o locutor sente a necessidade de referir para o outro, e isso acontece por meio do discurso, da língua em uso no consenso pragmático, que faz de cada locutor um co-locutor. Portanto, a referência é parte suplementar da enunciação (BENVENISTE, 1989).

Ainda nas palavras do autor, o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro. Essa relação pode ser real ou imaginária, individual ou coletiva. Isso coloca em evidência o que se pode denominar de quadro figurativo da enunciação. É a estrutura do diálogo. Existe diálogo fora da enunciação, assim como enunciação sem diálogo. O monólogo procede da enunciação, então ele deve ser classificado como uma variedade do diálogo, que é a sua estrutura fundamental. O monólogo é um diálogo com o eu, formulado por uma linguagem interior, entre um eu locutor e um eu ouvinte.

Para Pires (2002, p. 39) “a base do princípio dialógico é a filosofia do diálogo ou da relação”, de Martin Buber,⁸ ao afirmar que a palavra é dialógica, em virtude de estabelecer uma associação entre os seres humanos e ser responsável por fundar a experiência de intersecção, ou interação. Essa filosofia concebe o homem como um ser não individual, pois ele mantém uma relação dialógica entre o *eu-tu*. O *tu* é a condição de existência do *eu* porque a realidade do homem é a realidade da diferença entre um *eu* e um *tu*. Sozinho, o *eu* não existe, senão como abertura para o outro. A partir disso, nasce o par fundador *eu-outro*.

Greimas e Courtés (1979, p. 145-148) definem a enunciação em duas maneiras diferentes: “seja como estrutura não-linguística (referencial) que subtende à comunicação linguística, seja como uma instância linguística, logicamente pressuposta pela existência do enunciado (que contém traços e marcas)”. No primeiro caso, falam de “situação de comunicação”, ou “contexto psicossociológico” da produção dos enunciados (contexto referencial) permite atualizar. Aproxima-se do ato de linguagem sempre com sua singularidade. No segundo caso, o resultado alcançado da enunciação se comporta como “instância de mediação”, pois endossa a colocação em enunciado-discurso das virtualidades da língua. Esta é concebida como um componente autônomo da teoria da linguagem.

Os autores explicaram que a enunciação é tida como mediação de produção discursiva, posto que ela é mediatizada por essa instância, que está sobre as estruturas virtuais, presente no montante da enunciação. Então, no fazer discursivo, é preciso atentarmos para as suas diferentes instâncias, visto que elas constituem o percurso gerativo global. O espaço das virtualidades semióticas, cuja atualização cabe à enunciação, “é o lugar de residência das estruturas semi-narrativas, formas que, ao se atualizarem como operações, constituem a competência semiótica do sujeito da enunciação” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 146).

Dito isto, entendemos que a enunciação é o lugar de exercício da competência semiótica, a instância pelo qual o sujeito se instaura. O lugar concreto e imediato que se pode denominar *ego hic et nunc (eu-aqui- agora)*. Nesse sentido, há na discursivização, uma pessoa, assim como um lugar e um tempo predito, que os referencia por meio da representação actancial, espacial e temporal. Assim, a enunciação, enquanto ato, produz a semiose, ou melhor, atos semióticos que se denomina de manifestação.

⁸ “Um dos principais representantes da filosofia do diálogo foi o filósofo austríaco Martin Buber, citado por Todorov (1981) como influência para o pensamento de Bakhtin sobre dialogismo. A principal obra de Buber, *Ich und du*, foi publicada em 1923. Traduzida no Brasil em 1977, pela Editora Moraes, com o nome *Eu e tu*” (PIRES, 2002, p. 39).

No enunciado, as categorias do *ego hic et nunc* são compostas pela debreagem e embreagem. A debreagem é a operação pelo qual a instância da enunciação é dividida e projetada para fora de si no ato de linguagem, esta nega a enunciação, o *eu-aqui-agora*, para que surja um *ele- algures-então* no enunciado. Ela está articulada em três categorias: a actancial, que “consiste em disjuntir do sujeito da enunciação e em projetar no enunciado um não eu”; a temporal que tem como função “postular um não agora distinto do tempo da enunciação”; e a espacial que “opõe o lugar da enunciação um *não-aqui*” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 95).

Em compensação, a embreagem é o efeito de retorno à enunciação, com a suspensão contrastiva de pessoa, tempo e espaço, bem como a denegação da instância do enunciado. Porquanto, “toda embreagem pressupõe uma operação de debreagem que lhe é logicamente anterior”. Da mesma forma que a debreagem, “a embreagem se decompõe em actancial, temporal e espacial”, ela pode ser interpretada como a denegação do *não-eu*, executada pelo sujeito da enunciação. No momento em que a ilusão enunciativa é criada, a embreagem não interrompe a operação de debreagem, logo, desencadeia o *não-eu* (expulso) que se manifesta sob a forma de um *eu* e um *tu*, enunciados que estão no interior das injunções semióticas (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 141).

A Semântica Discursiva aborda as mudanças de estado na narrativa, através da tematização e figurativização. Os temas são categorias que organizam e ordenam os elementos do mundo natural, já as figuras representam a correspondência do mundo real. A tematização é responsável pelos traços semânticos que compõem os discursos e a figurativização identifica figuras que estão associadas aos temas. Enquanto o discurso figurativo tem a função descritiva e representativa, os temáticos têm o papel predicativo e interpretativo (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

Sobre a tematização, é a formulação abstrata dos valores, presente na instância discursiva, e sua disseminação ocorre em percursos. Por meio de um objeto-valor, é possível obter mais de um percurso temático. Na tematização, os discursos se convertem da semântica narrativa a discursiva em discursos temáticos e não figurativos que juntos formulam o científico.

A figurativização é um novo investimento semântico. O sujeito da enunciação emprega certos procedimentos para figurativizar o discurso, para investir os temas discursivos. Desse modo, há uma ocorrência de investimento figurativo esparso, o discurso científico é um exemplo disso, ou totalmente recoberta de figuras, como os manuscritos divinos contendo a Lei Mosaica, os Dez Mandamentos, por exemplo. O discurso figurativizado resulta da construção do sentido efetuada pelo sujeito da enunciação. Posto isto, ele não é a reprodução do real, mas

a criação de efeitos de realidade, porque se instala, entre mundo e discurso, que medeia a enunciação (BARROS, 2001).

Com efeito, nas inquirições de Barros (2001, p. 123) “os temas disseminam-se pelo texto em percursos, as figuras recobrem os temas. A reiteração discursiva dos temas e a redundância das figuras, quando ocupam a dimensão total do discurso, denominam-se *isotopia*”. No que condiz ao conceito de isotopia, proposto por Greimas (1973), embora vago, marca, com exatidão, a noção de recorrência, visto que é preciso duas unidades para a sua determinação.

A noção de isotopia conserva a ideia de recorrência de elementos linguísticos, redundância que fundamenta a linha sintagmática do discurso e responde por sua *coerência semântica*. A autora distinguiu dois tipos de isotopia, a temática e a figurativa. A isotopia temática manifesta-se da “recorrência de unidades semânticas abstratas em um mesmo percurso temático” (BARROS, 2001, p. 124). Um discurso em que haja atores como pesquisador, informante, informado, por exemplo, desenvolvem um ou mais percursos temáticos ligados à mesma configuração na busca pelo saber, ou melhor, o objeto de valor.

Relativamente, a isotopia figurativa “caracteriza os discursos que se deixam recobrir totalmente por um ou mais percursos figurativos”. Sucede-se uma redundância de traços figurativos que se associa as figuras aparentadas, o que atribui ao discurso uma “imagem organizada e completa da realidade ou cria uma ilusão total do irreal”, assegurando-se, dessa forma, a coerência figurativa do discurso. Em contrapartida, a coerência semântica “é função de isotopias figurativas ou de isotopia temática, ao menos” (BARROS, 2001, p. 124).

2.3 A LEITURA NA BNCC

A BNCC é um documento de preceito normativo, destinado às redes de ensino e suas instituições públicas e privadas de educação básica. Ela foi aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, mas só foi disponibilizada no *site* do governo, em sua versão final, em 2018. A base tem como função definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, visto que todos os discentes devem desenvolvê-las no decorrer da educação básica para que seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam assegurados, à luz do que prescreve o Plano Nacional de Educação (PNE). Logo, é uma referência para a elaboração de currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil, fundamental e médio (BRASIL, 2018).

Esse documento aborda a concepção de linguagem como atividade discursiva, cognitiva e sócio-histórica, assim como as práticas de leitura de gêneros. Nesse sentido, a BNCC (BRASIL, 2018) amplia os horizontes de leituras e produções de gêneros engessados (apenas os escritos) pelas instituições escolares, agregando gêneros multimodais e multissemióticos no ensino de língua portuguesa.

Na BNCC, não identificamos explicitamente a prática de leitura pelo viés da Semiótica Discursiva, entretanto, como esse documento orienta aos professores o ensino, a leitura e a produção de gêneros textuais/discursivos com os discentes, a semiótica, que trabalha com todos os discursos sejam eles verbais, não verbais e sincréticos, se faz presente. À guisa de exemplo, a BNCC diz que é relevante trabalhar em sala de aula não apenas os textos escritos, mas também os imagéticos como desenhos, fotos, pinturas, os em movimento como imagens em 3D, filmes, novelas, e os sonoros (as músicas) que acompanham e cossignificam em diversos gêneros digitais (BRASIL, 2018).

Ao falar de leitura de textos, articulados aos inúmeros gêneros que medeiam a nossa ação comunicativa, a BNCC pondera a importância de os jovens explorarem as possibilidades que estes têm de significar, e a realizarem reflexões em que as atividades de análises de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados estejam em comunhão com as distintas semioses (visuais, verbais, sonoras e corporais) (BRASIL, 2018), haja vista que a Semiótica dispõe de bases conceituais para a construção e análise de textos de diferentes áreas de concentração.

Uma das propostas desta pesquisa é a prática do debate estruturado. Enquanto sujeitos sociais e atuantes numa sociedade democrática, os alunos poderão utilizar os seus conhecimentos de mundo e enciclopédicos, além disso, as ciências adquiridas no percurso da vida escolar, o que os fomenta a reflexão sobre a sua função no mundo social, colaborando, portanto, para a formação de sujeitos mais ativos socialmente, conforme orienta a BNCC:

Nessa mesma direção, é também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária (BRASIL, 2018, p. 466).

A BNCC centraliza-se no texto como unidade de trabalho, o eixo do programa e suas perspectivas enunciativo-discursivas, de modo que haja uma relação com os contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo de linguagens em exercícios de leitura, análise e produção de gêneros em vastas mídias e semioses. Esses documentos,

postulam que, para a leitura e interpretação de textos, é necessário não apenas o conhecimento linguístico, mas também o extralinguístico (BRASIL, 2018).

Como estamos propondo um debate em sala de aula, é relevante destacarmos sobre a prática da oralidade, que proporciona ao discente o contato com diferentes opiniões e situações comunicativas. Talvez possa haver quem pense que esta proposta que ora apresentamos se enquadre no Eixo da Análise Linguística/Semiótica documentada na BNCC, pelo fato de o vocábulo semiótica estar presente neste eixo. Nesse sentido, é importante destacar que essa semiótica aí posta não é a Semiótica Discursiva, mas o ato de significar por meio da análise linguística. No entanto, podemos considerar que há um diálogo com a Semiótica Discursiva pelo fato de indicar o evento de leitura. O referido eixo:

Envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido (BRASIL, 2018, p. 80).

Na esteira do que foi dito, o texto ganha sentido quando se articula a um gênero textual/discursivo porque eles circulam em diferentes esferas da atividade humana, outrossim, são fenômenos históricos e ideológicos. Portanto, é relevante ter o conhecimento sobre os gêneros, os textos, a língua, a norma-padrão, as diferentes semioses para produzir e analisar um texto, posto que estes mobilizam o desenvolvimento das capacidades de leitura e atribuição de sentidos que, por sua vez, precisam estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação dos discentes em práticas de diferentes campos de atividades humanas (BRASIL, 2018).

Estudamos a respeito do signo filosófico e linguístico, debatemos sobre o percurso gerativo da significação, que se articula em três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo, e concluímos com alguns fundamentos dos documentos parametrizadores, no tocante a prática de leitura. Seguiremos, agora, para o terceiro capítulo em que falaremos acerca da concepção de narrativa, fazendo uma sinopse sobre a Bíblia e o contexto histórico de *A tentação de Jesus no deserto*.

3 A NARRATIVA: DA TEORIA AO *CORPUS*

Neste capítulo, escrevemos sobre a narrativa, à luz de Gotlib (1995), o seu surgimento na era primitiva e os seus elementos composicionais, segundo a teoria de Gancho (2002). Em seguida, dialogamos sobre a perspectiva de narrativa para Squire (2014) como um conjunto de signos linguísticos, e a desconstrução da visão engessada de tempo e linearidade nesta. Subsequentemente, tecemos a respeito dos quatro modelos filosóficos de narrativa, conforme Kearney (2012), depois apresentamos a Bíblia, sua composição em Antigo e Novo Testamento, e o contexto histórico da narrativa *A tentação de Jesus no deserto*, consoante Cardoso (2017), Gioia (1969), Fillion (2014) e da própria Bíblia (2009). Portanto, este capítulo não atende nenhum objetivo específico desta investigação, uma vez que o interesse é contemplar um elemento da metodologia que é o *corpus*.

3.1 SOBRE A NARRATIVA

A todo momento estamos contando histórias seja imaginada ou de um fato vivido ou testemunhado. Para Gotlib (1995), “[...] a estória sempre reuniu pessoas que contam e que ouvem: em sociedades primitivas, sacerdotes e seus discípulos, para a transmissão de mitos e ritos da tribo; nos nossos tempos, em volta da mesa, à hora das refeições, pessoas trazem notícias, trocam ideias” (GOTLIB, 1995, p. 5). A autora, com estas palavras, reitera a ideia de que a vida é registrada por narrativas sejam elas orais ou escritas.

À luz da teoria de Gancho (2002), a maioria das pessoas percebem que em uma narrativa há a presença de elementos fundamentais que contribuem para a tecitura do texto, por exemplo, O que aconteceu? Quem viveu os fatos? Como? Onde? Por quê? o que a teoria registra como: enredo, personagem, tempo, espaço e narrador.

Gancho (2002, p. 5) também afirma que “narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde sua origem”. Nos tempos da caverna, o homem primitivo registrava suas histórias em pedras, servindo de comunicação, estabelecimento de regras e estratégias de caça, por exemplo. Outras marcas de narrativas originárias são os mitos, que contam as histórias de uma geração, de seu nascimento a sua difusão pelo mundo, assim como suas crenças e espaços onde habitaram.

Numa perspectiva de modernidade, através do acesso com facilidade que temos das tecnologias, encontramos, ouvimos e presenciamos narrativas veiculadas em peças teatrais,

jornais, programas de Tv, bem como em novelas. Muitas, segundo Gancho (2002), têm a capacidade de serem narradas oralmente ou por escrito, bem como em prosa ou verso, com o uso de imagens ou não.

A característica antes conhecida como gênero narrativo pela literatura era descrita em três tipos: o *épico*, que é o gênero narrativo ou de ficção estruturado sobre uma história, ele recebe tal nome porque advém das epopeias (narrativas heroicas e versos); o *lírico*, que pertence a poesia lírica; e o *dramático*, o gênero teatral que engloba o texto do teatro (GANCHO, 2002). Hoje, no entanto, esses gêneros estão dentro de um grupo maior chamado de gênero textual/discursivo, pensado por Bakhtin (2002).

No bojo dos elementos da narrativa, quem vive os fatos são os personagens, situados em um contexto e um tempo específico. Se a narrativa for uma prosa de ficção, convém a presença do narrador em virtude de este ser o elemento fundamental que a caracteriza. Os fatos, os personagens, o tempo e o espaço existem em um texto teatral, logo, a presença do narrador não é necessária. Contudo, sendo uma novela, um romance ou um conto, o narrador precisa estar presente, se comportando como o organizador da trama, o intermediário entre o narrado (a história) e o autor, entre o narrado e o leitor (GANCHO, 2002).

Achamos conveniente fazermos uma explanação de cada um desses elementos norteadores da narrativa, uma vez que estes configuram o próprio texto literário, sua progressão temática, enriquecendo-o e intensificando-o. Porquanto, comecemos com o enredo, o conjunto de ideias, fatos, temas de uma história. Ele também é conhecido por outros nomes como intriga, ação, trama.

No contexto dos estudos literários, destaca-se a verossimilhança como característica do gênero narrativo que aqui trazemos sob a perspectiva de Gancho (2002). Segundo a autora, a verossimilhança centra-se na lógica interna, o que o torna verdadeiro para o leitor, dessarte, é a essência do texto de ficção. Para que a história seja produzida, os fatos não precisam ser verdadeiros, no sentido de corresponderem a fatos acontecidos no universo exterior ao texto, todavia, é indeclinável que eles sejam verossímeis, então, mesmo que eles sejam inventados, o leitor deve acreditar no que está lendo. Cada fato de uma história contém uma motivação, a causa, e, posteriormente, vem a consequência deles. Sendo assim, na relação casual do enredo, dos fatos imbricados, submergem as consequências deles.

Toda história tem começo, meio e fim. É preciso compreender que o elemento estruturador do enredo é o conflito. O conflito é ocasionado pela tensão dos fatos, o que envolve os personagens, o ambiente, as emoções, prendendo, portanto, a atenção dos leitores. Este determina as partes do enredo, isto é, sua *exposição* (introdução ou apresentação) parte de

contextualização do leitor diante da narrativa que irá ler. Há a *complicação* (ou o desenvolvimento) em que o conflito ou os conflitos, porque pode haver mais de um, se desenvolvem. O *clímax*, que é o momento de tensão, o ponto mais alto da história, é uma referência para as outras partes da história, e o *desfecho* (desenlace ou conclusão), a solução dos conflitos bons ou más e que pode ser de um final feliz ou triste (GANCHO, 2002).

Em uma narrativa, o/a personagem é um ser fictício responsável pelo desempenho do enredo, é ele que faz a ação acontecer. Ainda que ele pareça real, o/a personagem pode ser inventado, criado semelhante a uma figura pública, por isso que na maioria das vezes, existem personagens baseados em fatos reais. O/A personagem só é considerado personagem se ele participar efetivamente da história, ou seja, é preciso agir, falar, participar dos conflitos. Não havendo isso e, se, por exemplo, um personagem citar outro, este não é considerado um. Sejam bichos, pessoas, homens ou coisas, estes só são reconhecidos no enredo a partir do que fazem, das suas ações (GANCHO, 2002).

Quanto às suas classificações, em toda narrativa há um *protagonista*, que é o personagem principal. Ele pode ser *herói*, se possuir características superiores aos outros, ou *anti-herói*, se tiver características iguais ou inferiores às de seu grupo. Há, também, os *antagonistas*, que é o personagem que se coloca contra tudo o que o protagonista faz. Às vezes, por inveja, ou porque suas ideias sejam opostas às do protagonista. Ademais, há os *personagens secundários*, os menos importantes na trama, pois tem uma participação menor ou menos frequente no enredo.

No que condiz ao tempo, os fatos existentes no enredo estão ligados à época em que a história foi enunciada. Frequentemente, o período da narrativa nem sempre está em conformidade com o tempo em que ela foi escrita. Quanto à sua duração, algumas histórias possuem um tempo curto, já outras têm um enredo extenso que se estende ao longo de anos. Existem narrativas que contêm um *tempo cronológico*, ou seja, a ordem dos fatos ocorre de modo natural. Chama-se cronológico pelo fato de se deter a horas, dias, meses, anos e séculos. Em contrapartida, o *psicológico*, a ordem natural é alterada e os fatos seguem por meio da imaginação do narrador e dos personagens (GANCHO, 2002).

Na narrativa, o espaço é o lugar onde acontece a história, que pode ser físico, psicológico, social, econômico, entre outros, pois eles contribuem, também, para as ações dos personagens. Além disso, há um ambiente em que os personagens podem viver, seja ele moral ou psicológico. Conforme a autora, ambiente e espaço são semelhantes, dado que apresentam uma confluência referencial, acrescido de um clima. O clima é a condição pelo qual os

personagens se encontram, por exemplo, um clima moral, religioso, social, econômico, entre outros.

Na percepção de Gancho (2002), o narrador tem uma função salutar no encadeamento dos fatos na narrativa, devido ele ser o elemento estruturador da história. Sabe-se que uma narrativa poderá ter um narrador em terceira pessoa, aquele que está fora dos fatos narrados, porquanto, as suas implicações podem ser imparciais. Esse narrador pode ser chamado de onisciente (aquele que sabe de tudo que vai acontecer na história) e onipresente (aquele que está em todos os lugares da história). Outro tipo de narrador é o personagem, pois ele participa da história como qualquer outra pessoa. Salientamos, a partir das contribuições da autora expostas aqui, que o narrador não é o autor da história, mas uma entidade de ficção, uma criação linguística criada pelo autor, desse modo, ele só existe no texto (GANCHO, 2002).

Seguindo a discussão, destacamos Squire (2014, p. 273) que pontuou a narrativa tratar-se de “uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais”. Para a autora, a narrativa é composta por um conjunto de signos linguísticos, estes podem ser temporários, causais e socioeconômicos. Isso porque a narrativa pode operar em várias mídias sociais, assim como em imagens imóveis. “Ela deriva simplesmente da sucessão de signos, independentemente do sistema de símbolos da mídia ou da “matriz semiótica” em que esta sucessão ocorre” (SQUIRE, 2014, p. 273, grifo da autora). Diante disso, em uma narrativa, a utilização de palavras, as marcas culturais, os pensamentos ideológicos tem um significado social, histórico e particular de cada pessoa.

De uma visão engessada de tempo na narrativa, a autora traz uma perspectiva que vai além do que entendemos por tempo numa história. Em suas palavras, o tempo não é o elemento principal de uma história. Embora a vida se desenvolva no decurso do tempo, ele não a norteia, portanto, não é constituído como base principal. Outro ponto importante é a questão da não linearidade de narrativas, que é, segundo a autora, altamente significativa na teoria literária e cultural.

Richard Kearney (2012) foi outro pesquisador que discorreu sobre a ideia de narrativa, destacando, de uma forma filosófica ocidental, os quatro modelos filosóficos de narrativa, em conformidade com a poética aristotélica, a saber, enredo (*mythos*), re-criação (*mimesis*), alívio (*catharsis*), sabedoria (*phronesis*) e ética (*ethos*).

Para Kearney (2012, p. 412) “toda a existência humana é uma vida em busca de uma narrativa”. A vida humana, no dizer do escritor, é quase sempre uma história. Nascemos, vivemos e morremos. Isso dá a nossa vida uma estrutura temporal, pois buscamos pela significação, visitamos o passado com as lembranças boas (as memórias) que guardamos na

psique, e o futuro (a projeção). “Nossa existência já segue de algum modo um enredo prévio, antes mesmo que conscientemente busquemos uma narrativa na qual reinscrever nossa vida como história de vida” (KEARNEY, 2012, p. 412).

Ao citar Aristóteles, um dos primeiros filósofos a estudar a perspectiva da existência humana, pontuou que ela é uma ação e que essa ação é conduzida por uma finalidade, mesmo que esse final seja o seu próprio. Como estamos em constante interação com outros seres humanos, há uma prefiguração em nossa vida. “O trabalho do *mythos*, tal como definido na *Poética*, fornece uma gramática específica a essa vida de ação, ao transpô-la para 1) um contar; 2) uma fábula ou fantasia; e 3) uma estrutura construída” (KEARNEY, 2012, p. 412). Isso significa dizer, à luz do autor, que os três sentidos do *mythos* configura a *poiesis*. Este processo já existia na concepção humana, só que ele só ganhou existência à medida que foi transposto para os gêneros poéticos da *tragédia*, da *épica*, bem como da *comédia*, que são os três gêneros literários criados por Aristóteles. Santo Agostinho, chamou essa estrutura triádica como sendo “uma relação entre a dispersão e a integração, ocorrida no interior da própria alma” (KEARNEY, 2012, p. 413).

No que tange a *mimesis*, Kearney (2012, p. 413) ao citar a *Poética* (1451) discorreu que ela é uma “redescrição imaginativa que captura aquilo que Aristóteles chamava de a essência (*eidós*) de nossas vidas. A *mimesis* não significa um escapismo idealista ou um realismo servil”. No que toca a *Catharsis*, o filósofo a definiu como “uma purgação pela piedade e pelo terror”, outrossim, “acreditava que as histórias dramatizadas podiam nos oferecer a liberdade de vislumbrar todo tipo de evento desagradável e inacreditável que, por ser narrado, perderia parte de seu poder danoso” (KEARNEY, 2012, p. 418).

Como as narrativas históricas se relacionam entre si, Aristóteles chamava de *phronesi* a sabedoria, que são os valores, ações e conhecimentos que as pessoas possuem. No pensamento do autor, existe sempre uma ficcionalidade na representação de histórias, principalmente a forma que ela é contada pela pessoa, por exemplo, pois há momentos que mergulhamos e viajamos nela “como se tivéssemos mesmo estado lá no passado para experienciá-lo (quando na verdade não estávamos)” (KEARNEY, 2012, p. 421).

Também destacamos o *ethos*, a questão ética de contar histórias. Consoante o autor, o ato de contar histórias envolve um sujeito, o que entendemos como o narrador. Ele conta algo, que é uma história, a alguém, o ouvinte, em um contexto real ou imaginário. As narrativas enfatizam um ou outro desses papéis, isto é, os idealistas românticos e existencialistas valorizam o papel intencional do contador, já os estruturalistas analisam e compreendem o trabalho linguístico da história em si, posteriormente, os pós-estruturalistas, observam o papel,

a função receptiva do leitor, e os materialistas e realistas, o papel referencial do mundo (KEARNEY, 2012).

Nesse contexto, aqui destacamos a perspectiva Semiótica Discursiva em relação aos participantes de uma trama. Para esta teoria, não falamos de um protagonista, considerando que todos/as são importantes para a dinâmica da realidade fictícia, assim também é o que acontece na realidade dos fatos do dia a dia da vida fora da arte. Cada um assume um papel temático importante que, sem ele, seria diferente. Há os que se destacam mais, mas não o mais importante.

Sobre o tempo, além do cronológico, há ainda um linguístico se referindo ao registro pela língua do tempo, se num *agora*, ou se num *então*. Assim como tempo linguístico, também falamos em um espaço pelas mesmas razões do tempo: um *aqui* ou um *lá*. Destacamos também o narrador como o enunciador seja de uma enunciação (um eu) seja de um enunciado (um ele) (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

3.2 A BÍBLIA: DO UNIVERSO AO *CORPUS*

Segundo Cardoso (2017), o termo Bíblia tem origem grega (*biblion*) e significa um pequeno livro. O plural neutro de *biblion* é *biblia*, conjunto de livros sagrados utilizados tanto para doutrinar (no viés religioso) como para fins de investigação científica, estudo e análise literária, que é o contexto de nossa pesquisa, pois ela é permeada de gêneros literários tais como epístolas, profecias, evangelhos, poesias, narrativas *etc.* Em latim, o termo passou para o singular e ficou conhecida como Sagrada Escritura. A Bíblia Sagrada é composta por um compilado de 66 livros, reconhecidos por todos os cristãos. Salientamos que, na tradição Católica, há um incremento de mais 7 livros, que são considerados canônicos pela Igreja, o que totalizam 73. Esse compêndio foi escrito por pelo menos 40 autores, o que podemos chamar de profetas e evangelistas, em um período de 1500 anos, encerrando-se por volta dos idos de 100 d.C.

Os livros da Bíblia estão configurados em dois grandes testamentos, a saber, o Antigo Testamento e Novo Testamento. O primeiro conjunto possui 39 livros, já o segundo é composto por 27 livros. É importante destacar que o termo *testamento* substitui o antigo termo grego, que significava pacto ou aliança. Com efeito, toda a Bíblia apresenta o pacto de Deus com a humanidade, *a priori*, com Moisés, *a posteriori*, com Jesus Cristo, considerado seu filho unigênito. A coleção dos livros que compõem o Antigo Testamento teve origem no seio do

povo judeu. Eles guardaram os inscritos ao longo de sua história. Essa coleção está dividida em três partes:

1. A *Lei* (Torá), que contém cinco livros (chamados mais tarde de *Pentateuco*, que significa os cinco volumes), forma o núcleo fundamental da Bíblia. Esses cinco livros são: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.
2. Os *Profetas*. Os Judeus abrangiam sob esse título não somente os livros que são denominados *Profetas*, mas também a maioria dos escritos que hoje costumamos chamar de *Livros Históricos*.
3. Os *Escritos*. Os judeus designavam por esse nome os seguintes livros: Salmos, Provérbios, Jó, Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes, Ester, Daniel, Esdras e Neemias e as Crônicas (BÍBLIA, 2009, p. 15, grifos do autor).

Subsequentemente, o Novo Testamento começou a engendrar-se a partir da segunda metade do primeiro século da nossa era. Ele é composto por 27 livros e são distribuídos da seguinte maneira:

1. Cinco Livros Históricos: quatro Evangelhos segundo S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João, e Atos dos Apóstolos.
2. Vinte e uma cartas dos Apóstolos. São Paulo escreveu 14 cartas: 1 aos Romanos, 2 aos Coríntios, 1 aos Gálatas, 1 aos Efésios, 1 aos Filipenses, 1 aos Colossenses, 2 aos Tessalonicenses, 2 a Timóteo, 1 a Tito, 1 a Filêmon e 1 aos Hebreus. As outras cartas são as seguintes: 1 de São Tiago, 2 de São Pedro, 3 de São João e 1 de São Judas.
3. Um Livro Profético: o Apocalipse de São João (BÍBLIA, 2009, p. 15-16).

À vista disso, as duas coleções que integram a Bíblia passaram por traduções do grego para o latim. Ressaltamos que ela foi escrita em três línguas: grego, aramaico e hebraico. A tradução latina mais utilizada é a de São Jerônimo porque ele utilizou os textos originais hebraico e grego, no fim do quarto século, denominada de Vulgata (BÍBLIA, 2009).

Cardoso (2017) explica que a Bíblia passa por inúmeras edições, o que implica na sua identificação por página, por exemplo. Sendo assim, foi convencionada a divisão do texto em capítulos e versículos. Quando quisermos citar, em uma produção, alguma passagem bíblica, podemos colocar o nome do livro por extenso e em seguida o/s versículo/s, por exemplo: (Mateus 4, 1-11) ou utilizarmos a abreviatura (Mt 4, 1-11). Para o autor, no contexto das relações históricas e descritivas, o texto bíblico transmite mensagens transcendentais. Em conformidade com os pressupostos de Fiorin (2012), o discurso religioso é proferido por uma instância de transcendência, aquilo que está além da natureza metafísica, e essa verdade, à luz dos dogmas do cristianismo, está presente na Bíblia.

Ainda conforme Cardoso (2017) do ponto de vista teológico, essa transcendência do texto bíblico “é definida por meio de dogmas da revelação e da inspiração da *Bíblia*. Esses conceitos descrevem o texto bíblico como o resultado do falar e do agir divinos” (CARDOSO, 2017, p. 6, grifo do autor). Isso acontece pelo fato de a própria Sagrada Escritura registrar as marcas do falar divino, ou seja, no livro de Gênesis, tem “e disse Deus” (Gênesis 1.3), assim como escreveu São Paulo em sua segunda carta a Timóteo “toda a Escritura é inspirada por Deus” (2 Timóteo 3.16). Para tanto, o conceito de revelação e inspiração divina permaneceram por toda a comunidade cristã, visto que não haviam questionamentos contra a palavra divina, contudo, foi por volta do século XVII, sob influência do racionalismo, os teólogos começaram a questionar todos os dogmas que tinham o sobrenatural como pressuposição (CARDOSO, 2017).

Como estamos tratando de narrativa e este trabalho tem como *corpus* um capítulo do evangelho de Mateus, resolvemos explicar o seu termo. Porquanto, o termo *evangelho* é de origem grega (*euaggelion*) e significa, no vernáculo, boas-novas, isto é, boas notícias enunciadas por alguém. Sendo assim, significa Salvação (GIOIA, 1969). Os evangelhos são textos que narram a vida de Jesus, desde o seu nascimento até a morte. Além disso, contam os seus feitos e ensinamentos aos homens. Antes de ser constituído como um livro, o evangelho foi uma palavra pregada, antes de ser lido, ele foi ouvido. Os ensinamentos proferidos pelos apóstolos seguiram o seguinte percurso: a pregação de João Batista, a missão de Jesus na Galileia, Judeia e Jerusalém e a paixão, morte e ressurreição dele (BÍBLIA, 2009).

É nesse cenário que se enquadra a narrativa dos três primeiros evangelistas: Mateus, Marcos e Lucas, compondo, assim, os evangelhos sinóticos. É certo que esses três inscritos não são singulares, pois é possível que tenham tido mais, só que eles são os únicos que foram conservados. Como já mencionamos, nos deteremos apenas para o evangelista Mateus, visto que a narrativa *A tentação de Jesus o deserto* (Mt 4, 1-9), embora esteja presente no livro de Lucas e Marcos, a de Mateus tem mais detalhes, melhor dizendo, mais contextualizada e de uma linguagem subjetiva.

Mateus, cujo verdadeiro nome é Levi, era um publicano (nome dado aos coletores de impostos). Após Jesus conhecê-lo, chamou-o para segui-lo e fazer parte do colegiado apostólico. Ele ficou responsável por redigir o seu evangelho em aramaico (dialeto do hebraico) seguindo, portanto, a tradição dos anos 60. O evangelista escreveu na Palestina para os judeus, além disso, seus textos se destacam pela abundância de citações do Antigo Testamento, o que entendemos como um diálogo intertextual (BÍBLIA, 2009).

A tentação de Jesus, consoante Mateus (4, 1-11), ocorreu após ele ter sido batizado por João Batista, no rio Jordão. Depois do batismo, Jesus inicia sua missão, a vida pública junto ao povo, anunciando o Reino de Deus. Esse evangelho narra que Jesus foi conduzido pelo Espírito ao deserto da Judeia para ser tentado pelo demônio. Lá, ao ver que Jesus estava quarenta dias e quarenta noites em jejum, o tentador tentou manipulá-lo.

No evangelho, a manipulação do demônio ocorreu da seguinte forma: a primeira tentação foi quando o tentador questionou a filiação de Jesus para com Deus, depois mandou-lhe transformar pedras em pães. Na segunda tentação, mandou Jesus pular do ponto mais alto do templo, pois os anjos iriam salvá-lo, e a terceira foi ao oferecê-lo muitas riquezas, poder e glória em troca de adoração.

Gioia (1969) argumentou que a inserção dos três evangelhos sinóticos em que está registrado a tentação de Jesus, talvez tenha ocorrido em meados de 26 ou 27 d.C. Jesus é impelido pelo Espírito ao deserto da Judeia, esse deserto fica na parte ocidental de Jerusalém, uma região montanhosa e seca. Atentemos aos seus aspectos geográficos, consoante Fillion (2008).

Devia, pois, ser uma área que fazia parte do deserto de Judá, anteriormente já descrita. Desde as margens do Jordão, Jesus, conduzido pelo Espírito Santo, atravessou o espaço de 38 km que separa o rio da cidade de Jericó. Em seguida, encaminhando-se para o oeste, deteve-se, conforme Mateus indica com muita precisão, na região mais elevada do deserto. De acordo com uma tradição que remonta à época das Cruzadas, provavelmente foi no lugar que hoje tem o nome de *monte da Quaresma* ou *Quarentena*, em memória aos quarenta dias que o Salvador passou no deserto. É uma região de aspecto horrível, coberta de rochas nuas e totalmente formada por profundas gargantas. As ladeiras da montanha são cheias de grutas naturais (FILLION, 2008, p. 314, grifos do autor).

Fillion (2008) descreve a situação geográfica onde Jesus se encontrava, o deserto da Judeia, uma região inóspita e desprovida de chuvas. Como ele estava situado nesse ambiente rochoso, desolado e permeado de grutas, conseqüentemente havia animais peçonhentos e feras habitando nesse local. Isso está nos relevado por Marcos (1,3), pois, em seu evangelho, acrescenta-se que Jesus vivia no meio das feras. Mesmo com o passar dos anos, ainda há abundantes chacais, raposas, aves, abutres e outros animais de rapina no deserto (FILLION, 2008).

Com a leitura da narrativa também podemos perceber que os atores vivem em um determinado tempo, e percorrem por espaços distintos aparelhados linguística e culturalmente no discurso. É preciso que atentem para a tríade pessoa, tempo e espaço que organizam a

realidade não apenas no discurso da narrativa, mas além dele. Na concepção de Greimas e Courtés (1979), a espacialização corresponde ao processo de localização, inclui, por outro lado, os procedimentos de programação espacial.

A propósito do espaço, houve uma mudança de recinto geográfico, visto que Jesus e o tentador estavam no deserto e se transportaram à Cidade Santa, Jerusalém. Essa transformação não se explica na lógica da nossa compreensão, pois foi um movimento que teve base no sobrenatural, isto é, está em um lugar e ser levado para outro em questão de segundos. Sendo assim, esse acontecimento foge a nossa compreensão, dado que estamos situados em um mundo sensível, logo, um mundo material, das coisas e de ideologias.

De natureza dual, humana e divina, Jesus passou por condições precárias no improlífico deserto. Destacamos, nas palavras do evangelista Lucas, a polissemia do deserto, que tanto pode ser um lugar propício a tentações como também de oração, pois sempre que Jesus ia conversar com Deus, ele se deslocava para espaços inabitados, do mesmo modo acontecia com João Batista, que vivia no deserto pregando a palavra de Deus. Para tanto, foram quarenta dias e quarenta noites sem comer e beber nada, apenas alimentado pela oração. Tudo isto porque, em condição humana, ele tinha que passar pela provação do livre arbítrio, da liberdade e voluntariedade. Jesus foi colocado em dois caminhos, o do bem e o do mal, porquanto, incumbia-o escolher um deles (GIOIA, 1969).

No decorrer da história, vemos que o Demônio colocou Jesus no ponto mais alto do templo. Na ótica de Fillion (2008) não é possível saber, com exatidão, o local que Mateus e outros evangelistas como Lucas, chamam de ponto mais alto ou pináculo do templo, presente na segunda tentação. Pela forma que eles disseram, compreendemos que o templo esteja relacionado ao Planeta como lugar de culto ao Criador por todas as coisas aos homens concedidas.

Na terceira tentação, mais uma vez acontece uma mudança de espaço na narrativa. Do pináculo do templo o Demônio transportou Jesus para um monte muito alto. Acreditamos que ocorreu mais uma vez, assim como na segunda tentação, um fenômeno na narrativa, um ato que tange ao inexplicável, pois não se explica racionalmente a lógica humana. Consoante a história, é como se o próprio Demônio tivesse poder para transportar Jesus para o monte e mostrar-lhe, como de forma panorâmica, todos os reinos do mundo e sua glória. Após isso, ele lançou a sua última tentação: “Eu te darei tudo isso se, prostrando-te diante de mim, me adorares” (BÍBLIA, MATEUS 4, 9, 2009, p. 1287).

Percebemos, no discurso do Demônio, o uso de uma linguagem em que há uma mistura de verdade e mentira, posto que ele não tem plena autoridade sobre o mundo para oferecer todos

os reinos da terra a quem quiser. Todavia, como já aclarado, há algumas verdades em suas palavras, dado que Deus tolera a sua influência sobre os negócios das pessoas, principalmente as que se deixam se manipular por sua lábia de promessas e aquisição de objetos de valor.

O manipulador é esperto, ele quis atrair o seu adversário através da oferta de bens matérias e isso instiga qualquer ser humano a se deixar manipular. Mas o enunciador, como forma de ensinar ao povo, coloca em cena um ator que não cede: Jesus além de não ceder, o repreendeu ao dizer-lhe: “Para trás, Satanás, porque está escrito: *Adorarás o Senhor, teu Deus, e só a ele servirás* (Dt 6,13)” (BÍBLIA, MATEUS 4, 10, 2009, p. 1287, grifos do autor).

Com essa resposta de Jesus, o enunciador explicita o poder máximo de Jesus. O discurso concedido a Jesus pelo enunciador, configura-se também como uma manipulação porque ele diz que nenhuma outra divindade deve ser adorada, apenas o Criador. A sua recusa faz com que o tentador, mesmo oferecendo coisas que estimulem o homem a obtê-las, a aceitar os valores, os trunfos, entre em disjunção com seu objeto de valor.

Nesta análise, a partir das ocorrências dos fatos, constatamos também que: para o enunciador, o tentador é também o Demônio. O tentador concebe Jesus como Filho de Deus, do mesmo modo, o Demônio o vê como Filho de Deus. Ao passo que eles estão na condição de tentador e Demônio, estes têm poder sobre o corpo de Jesus podendo transportá-lo para outros locais e ainda manipulá-lo. Para Jesus, o Demônio é Satanás e o próprio Jesus é o senhor Deus dele, logo, este deve obedecê-lo. Na categoria de Satanás, ele não tem mais poder de tentar Jesus. E os anjos, para o enunciador, são divindades que estão a serviço de Jesus.

Explicamos o conceito de narrativa, perpassamos pela apresentação da Bíblia e do contexto histórico de *A tentação de Jesus no deserto*, assim como o autor que a escreveu (MATEUS 4, 1-11). No próximo capítulo, analisamos a narrativa supracitada a partir das contribuições da Semiótica Discursiva, como protótipo para um debate temático no terceiro ano do Ensino Médio.

4 O DISCURSO DA MANIPULAÇÃO EM *A TENTACÃO DE JESUS NO DESERTO*: UMA PROPOSTA DE DEBATE

Este capítulo atende ao objetivo específico elaborado para esta investigação: descrever as estratégias de manipulação em favor da argumentação que compõem o *corpus* da pesquisa como proposta de debate adaptável à educação básica. Assim, para atingi-lo, seguiremos os seguintes critérios elaborados para proceder tal proposta: a) A narrativa, *A tentação de Jesus no deserto*, apresenta manipulação? b) Quais as estratégias de manipulação presentes no discurso *corpus* de análise? Pontuamos que primeiro atenderemos ao segundo critério no decorrer da análise para, somente depois, dialogarmos com o primeiro, já que este é explicitado no primeiro.

Além do dito, ao mesmo tempo que faremos a leitura semiótica do discurso do *corpus* escolhido, delineamos uma proposta de debate temático para o terceiro ano do Ensino Médio. Esclarecemos que não é um modelo fixo, uma vez que deve ser atualizado com adaptações para a realidade de cada nível e sujeitos leitores.

4.1 PROPOSTA DE LEITURA: DEBATE ESTRUTURADO

A sugestão que elaboramos para o(a) professor(a) desenvolver em sala de aula é o debate estruturado, que parte de uma situação em que envolva valores humanos. Os participantes desse ato podem partilhar assuntos diversos. À vista disso, a discussão do tema proposto para o debate requer que o aluno se prepare, assim, munido de informações sobre o tema em pauta, o debate é estruturado em três fases: pré-debate, execução e pós-debate (PONCIANO, 2018).

Em sintonia com o autor, o pré-debate refere-se à preparação individual do aluno. O tema que propomos para(o) professor(a) trabalhar são os que emergem de *A tentação de Jesus no deserto*, texto bíblico, contido em Mateus (4, 1-11). Para que o evento ocorra, é importante que cada estudante conheça o assunto, sendo assim, eles devem fazer leituras variadas, seja na própria Bíblia, por meio de vídeos no *YouTube*, ouvindo a história contada pelo professor ou outra pessoa por quem ele procure. Essas ações favorecem para a compreensão do texto. Em seguida, estes podem escrever um resumo de uma página e destacar os pontos que acharem mais relevantes. Essa etapa tem como objetivo desenvolver no estudante as competências básicas para a sua participação no debate, tais como: explorar os principais temas que subjazem ao texto, ser capaz de elaborar perguntas e fazer análises críticas sobre o tema.

A seguir o resumo do texto que darão origem aos temas para debate.

RESUMO

A tentação de Jesus é um episódio da vida dele quando, após ter sido batizado por João Batista nas águas do rio Jordão, iniciando, portanto, o seu ministério e vida pública perante o povo judeu, ele foi conduzido pelo Espírito ao deserto da Judeia e lá passou por um rigoroso jejum, pois, segundo Mateus, Jesus jejuou quarenta dias e quarenta noites. Depois disso, ele sentiu fome, então o tentador aproximou-se dele para tentá-lo. O tentador disse que, se Jesus fosse Filho de Deus, transformasse pedras em pães. Contudo, ele recusou a sua investidura, logo respondeu que, de acordo com as escrituras, o homem não vive somente de pão, mas de toda palavra que procede da boca de Deus. Em seguida, o demônio transportou Jesus à Cidade Santa e o colocou no ponto mais alto do templo. Consecutivamente, ele lançou a segunda tentação e disse novamente que, se Jesus fosse Filho de Deus, pulasse do pináculo porque as escrituras advertem que os anjos viriam em seu socorro e não deixaria que nada de ruim o acontecesse. Não obstante, Jesus abdicou a sua provocação e o respondeu que, segundo as escrituras, o demônio não pode tentar o senhor, que é Deus dele. Insatisfeito com as recusas de Jesus, o demônio transportou-o a um monte muito alto, depois mostrou todos os reinos do mundo e sua glória e lançou a sua última tentação. Nesta, ele diz que daria todas as riquezas, reinos, poder e glória a Jesus se ele se prostrasse e o adorasse. No entanto, Jesus respondeu bravamente, chamou-o de Satanás e ordenou que ele saísse de sua presença, visto que, conforme as escrituras, a adoração é destinada apenas a Deus. Após isso, o demônio deixou-o, e os anjos o serviram encerrando assim a narrativa.

Depois de os alunos conhecerem o discurso, o professor deve esclarecer as fases da execução do debate. Estas devem ser executadas no início da aula, tendo em vista que eles precisam recordá-las. **O Quadro 2** a seguir sistematiza essas fases.

Quadro 2 - Fases da execução do debate

FASES DA EXECUÇÃO DO DEBATE
1) o tema que será debatido e a importância de não fugir dele.
2) cumprir as etapas do debate que são: <ul style="list-style-type: none"> • as percepções de cada equipe sobre o tema pesquisado; • cada equipe responde uma pergunta sorteada; • cada equipe, se sentir necessidade de mais esclarecimento na resposta, pode fazer uma pergunta para a outra; • cada equipe se posiciona a favor ou contra as respostas dada pela equipe anterior; • as considerações finais de ambas as equipes.
3) as respostas devem estar coerentes com a temática proposta e evitem repetições de ideias já discutidas.
4) observar o tempo proposto e respeitar as respostas dos colegas.
5) usar bem o tempo dado pelo(a) professor(a).

Fonte: Adaptado pelos autores (PONCIANO, 2018).

O(A) professor(a) pode organizar a sala em duas equipes (A e B) de modo que favoreça o diálogo entre elas. Consideramos essa metodologia importante pelo fato de beneficiar a alternância nas falas das duas equipes, na busca de pontos e contrapontos. As equipes podem se movimentar durante o debate e esse movimento tem significado, por exemplo, se o aluno levantar a mão direita e fizer o sinal de gostei ao mesmo tempo, ele está manifestando concordância com quem está falando, independente se é ou não integrante da sua equipe. Se o estudante bater palmas, significa que ele concorda com as respostas dadas pela outra equipe do que pela sua própria.

De acordo com o proposto nesta leitura, dado o texto, o(a) professor(a) apresenta o tema:

A MANIPULAÇÃO DISCURSIVA PRESENTE EM *A TENTANÇÃO DE JESUS NO DESERTO*

Seguindo os cinco passos para a consolidação do debate, o primeiro é a apresentação do ponto de vista articulado ao tema dado pelo(a) professor(a). O(A) professor(a) fomenta o debate com perguntas, por exemplo:

- Quem são os participantes da história?

Aqui elencamos as possibilidades de significações a partir da pergunta acima.

Destacamos para o propósito desta leitura dois atores, embora possamos encontrar outros: Jesus e o Demônio/tentador/Satanás. O(a) professor(a) pode fomentar nos alunos a curiosidade para saber a etimologia vocabular de *demônio* (lat. *Daemon*, gr. *Daimon*, in. *Demon*, fr. *Démon*, it. *Demone*). Na filosofia grega, o demônio é considerado um gênio (espírito) bom ou mau, inferior a um deus, mas superior ao homem. Sua função é mediar. Sócrates o idealizava como um gênio que lhe inspirava e dava conselhos. Platão admitiu essa divindade como criada pelo Demiurgo (o artífice do mundo, originada em *Timeu*), e os estoicos pensavam semelhantemente (ABBAGNANO, 2007).

Satanás (*Satã*, no hebraico) é nomeado como adversário, diabo (ou caluniador), e tentador (FILLION, 2008). No grego, a palavra *Satanás* se origina de Sátiro (*Sáturos*). No Antigo Testamento, especificamente no livro de Ezequiel (28, 11-19), este era descrito como um ser belo, sábio, um selo de perfeição, um querubim protetor. Por influência religiosa, e devido à rivalidade de Roma e Grécia, outras associações foram dadas a ele, ou seja, uma entidade com chifres, pernas de cabra e troncos humanos.

Ainda à luz do Novo Testamento, Satanás é visto como inimigo do homem, de personalidade real e pessoal e não uma mera influência moral. É concebido como homicida desde o princípio, considerado, também, o pai da mentira, pois nunca se firmou na verdade. É aludido à antiga serpente, segundo o livro do Apocalipse (12,9), o *Beelzebu*⁹, segundo Mateus (12,24), o príncipe das trevas e o príncipe das potestades do ar, conforme Efésio (2,22). Sendo uma criatura de Deus, possuía livre arbítrio e habitava nos céus, contudo, queria ser maior do que o seu Criador, então, se rebelou contra ele e manipulou outros seres celestiais (os anjos) a agirem do mesmo modo, o que ocasionou o banimento destes do céu sendo lançados à terra e ao inferno (BÍBLIA, 2009).

Em relação a designação *tentador*, explícito na narrativa, sua função é induzir Jesus a realizar o que lhe era indicado, pois sabia que Ele estava quarenta dias e quarenta noites sem comer, o que sugeria que estava com o corpo fragilizado e com fome, então pediu para Jesus transformar pedras em pães e assim saciar sua fome.

Jesus é o nome do segundo ator do discurso. Mesmo passando pelo rigoroso jejum no deserto, ele demonstra fortaleza, sabedoria, fidelidade e autoridade em suas palavras, logo, não deixou se manipular pelas provocações do seu adversário, mas rebateu-as todas. Para tal feito,

⁹ Origina-se de Baal Zebul. No Antigo Testamento, temos a variação Baal-Zebude, que significa senhor das moscas ou senhor das pestilências. Eventualmente, os hebreus utilizavam essas duas nomeações para se referir ao deus pagão dos cananeus e filisteus (BÍBLIA, 2009).

os discursos contidos no livro do Deuteronômio, quinto saltério do Pentateuco bíblico, foram subsídios que Jesus usou para contrapor às argúcias do manipulador.

No discurso em estudo, observamos o seguinte: “*Jesus foi conduzido pelo Espírito ao deserto para ser tentado pelo demônio Mateus (4,1)*”. Podemos perceber que a narrativa apresenta um *ele*, num então (tempo anterior ao *agora*: o passado) e num *alhures* (outro lugar que não é o *aqui*: o deserto).

O segundo é o sorteio das perguntas, que foram construídas de acordo com os resumos que os estudantes fizeram no decorrer das leituras. O sorteio deve ser feito para a equipe A, que a responde. Segue a mesma modalidade para a equipe B.

Atentemos para os exemplos de perguntas que o(a) professor(a) pode elaborar e sortear no início do debate:

- Qual a tática usada pelo tentador antes de lançar a primeira tentação?
- Que estratégias usou o tentador quando lançou o seguinte questionamento: “Se és Filho de Deus, ordena que estas pedras se tornem pães”?
- O Demônio transportou Jesus à Cidade Santa e depois ao monte muito alto. Como ocorreu esse transporte?
- Na segunda tentação, o Demônio colocou Jesus no ponto mais alto do templo, em seguida utilizou a própria palavra divina para manipulá-lo. Como Jesus reagiu a isso?
- Na terceira tentação, o Demônio levou Jesus a um monte muito alto e apresenta-o todos os reinos do mundo e sua glória. Em seguida, oferece-o todas essas riquezas. O que ele queria em troca?
- Diante das três manipulações que encontramos no discurso em estudo, como podemos relacioná-las aos dias atuais?

Na prática, a leitura pode ser fomentada por outras perguntas, mesmo que a temática seja a mesma, mas aqui, como se trata de uma pesquisa aplicada, temos proposições que possam inspirar outros pesquisadores e profissionais em formação ou atuantes. Assim, perante as perguntas acima, elencamos as possíveis respostas que podem ser construídas pelos alunos conforme as leituras distintas que eles fizeram a pedido do(a) professora(a) e sob a mediação deste:

Primeiro entendemos que, estando Jesus no deserto, um lugar inóspito e de clima árido, sem comida e sem bebida por quarenta dias e quarenta noites, encontrava-se com o corpo fragilizado; eis porque, para o tentador, uma ocasião propícia para agir.

Para a compreensão do que propomos, que é perceber a manipulação e caracterizá-la, é importante atentar para a escolha vocabular. Destaquemos o vocábulo *tentar* que significa fazer um teste em uma pessoa, ou seja, averiguar o que de bom e de mau ela possui. Além disso, indica observar a fraqueza e capacidade de alguém suportar algo vindo de outra pessoa. E o *provocar* que é incitar alguém a fazer uma coisa.

Vejamos este fragmento do texto:

Depois de sua quaresma, no insólito deserto, vendo-o que sentiu fome, o demônio aproximou-se dele e lançou o primeiro golpe: “*Se és Filho de Deus, ordena que estas pedras se tornem pães*” (BÍBLIA, MATEUS 4,3 p. 1287, 2009).

Nesta primeira tentação, percebemos como o demônio é astuto. Ele esperou a ocasião propícia, o momento de fragilidade física do corpo humano, ou seja, quando Jesus sentiu fome, para tentá-lo. Qualquer pessoa com fome poderia se deixar levar pela sugestão de saciá-la. Nessa fala do demônio, podemos ver claramente a manipulação da provocação. Segundo Fiorin (2000), esse tipo de manipulação é a que apela para um viés cognitivo, em outras palavras, quando o manipulador aborda uma imagem negativa do sujeito.

No fazer interpretativo, mediante a essa indigência natural de Jesus, no término de seu jejum, o tentador quer induzi-Lo a transformar pedras em pães. Ele poderia ter pedido outro objeto de valor, mas preferiu atacar a sua natureza biológica por saber da necessidade que o corpo tem por alimentos, então, eventualmente, ele queria fazer com que Jesus mostrasse a fragilidade espiritual, o que ocasionaria uma transgressão, então o atacou com um discurso provocativo e atrativo.

Em conformidade com Greimas e Courtés (1979), interpretamos esse primeiro ato do tentador como uma provocação. Jesus é o sujeito-manipulado, e o demônio é o sujeito-manipulador, destarte, aquele que se coloca como destinador. O tentador conhecia, embora conhecesse a quem estava tentando manipular, sendo Jesus cuja espiritualidade era mais evoluída do que a dos demais homens, usou dos recursos de que dispunha para tentá-Lo: a fragilidade do corpo material. Ao usar a expressão “se és Filho de Deus”, poderíamos interpretar como se ele estivesse duvidando da filiação de Jesus. Nessa situação, cabe ao

sujeito-manipulado escolher ou rejeitar o que o manipulador anseia. A narrativa diz que o tentador se aproximou de Jesus, provavelmente essa aproximação tenha sido arquitetada para realizar suas investidas. Considerando que Jesus era um homem como os demais, mas de espírito evoluído, podemos considerar que o Demônio era um homem de espírito decadente.

O terceiro passo se dá à medida que ambas as equipes fazem uma pergunta para a outra. Imaginemos que a equipe A pergunte para a B:

- Como agiu Jesus diante da provocação?

Agora digamos que a equipe B pergunte para a A:

- Constatamos que a primeira e a segunda investida do Demônio são duas provocações. Seria a terceira também uma tentação?

Em sua defesa, Jesus argumenta com base nos valores do espírito, uma vez que Ele diz que o homem não vive apenas de pão (alimento do corpo físico), mas precisa da palavra de Deus (alimento espiritual). Igualmente na segunda, ao ressaltar que o Demônio não pode tentá-lo já que ele é o Senhor dele e também de toda a espécie humana. Do mesmo modo na terceira, ao revelar que toda adoração é destinada apenas a uma única pessoa: Deus.

A primeira e a segunda manipulação são consideradas provocações porque é como se o tentador/Demônio, chamado assim pelo enunciador, estivesse propondo uma condição para Jesus ser o Filho de Deus, como observamos a conjunção “Se” no início da primeira e da segunda provocação. Sendo assim, Jesus só seria Filho de Deus se ele realizasse o milagre da transformação de pedras em pães e se pulasse do pináculo do templo sem nada de grave o acontecesse, por exemplo.

Já a terceira investida do Demônio é uma tentação porque ele não pede mais para Jesus realizar uma ação, agora ele oferece-o objetos de valor: riquezas, poder e glória em troca de adoração.

O quarto passo são as percepções dos alunos a respeito das respostas da outra equipe, destacando os pontos positivos e negativos e, se necessário, acréscimos no intuito de compreender melhor a pergunta dada. Os passos 2, 3 e 4 podem ser repetidos.

Percepções da equipe A para com a resposta da B:

A equipe A pode concordar com a resposta dada pela B, posto que encontramos manipulação no discurso do Demônio, embora o argumento de Jesus para vencer a manipulação é mais forte, o que o faz não ceder às investidas manipuladoras. A Competência discursiva de Jesus centra-se no argumento de que o ser humano não vive sem a palavra de Deus, ao dizer também que ninguém pode tentá-lo porque Ele era o Senhor e que todo o culto seria apenas Dele. Essas palavras, no espaço do mito cristão, servem de doutrina para os fiéis e, de certa forma, podem ser usadas por líderes religiosos, seja de qualquer seita cristã, para manipulá-los, no sentido de afirmar que toda obediência é destinada a uma divindade, o que não daria direito de escolher outra ou não ter nenhuma.

Percepções da equipe B para com a resposta da A:

A equipe B pode também aceitar a resolução dada pela A, dado que o Demônio, no primeiro e no segundo golpe, provocou Jesus. Entretanto, no terceiro, a situação mudou, pois ele tentou tentá-lo ao oferecer riquezas, poder e glória. Ademais, a equipe pode complementar ao relacionar esse comportamento do adversário de Jesus com o contexto da sociedade, cujas manipulações estão sempre presentes nos discursos das pessoas, principalmente no que diz respeito ao consumo excessivo de produtos, as inúmeras propagandas comerciais e políticas, as influências das mídias sociais, *etc.*

No decorrer do debate, o (a) professor(a) pode mediar através do uso da lousa ou *slides*, quem está com o turno da fala e o tempo destinado a cada equipe que pode ser dois minutos ou mais. No término, as equipes podem colocar em pauta suas impressões finais.

Se na sala de aula tiver um projetor de imagens, o(a) professor(a) pode mediar o debate via *slides* conforme exemplificamos na Figura 3. Nesta, observamos que a equipe A está apresentando suas colocações acerca das respostas dadas pela equipe B. O tempo está sendo cronometrado, e cada grupo terá no mínimo dois minutos para arguir suas colocações. Entretanto, se a escola não tiver esse recurso, a lousa seria outra opção para a mediação. Para utilizá-la, ele(a) pode tomar como base o exemplo da Figura 3, ou seja, pode dividi-la em dois lados, o direito e o esquerdo, por meio de uma reta vertical. O direito poderia ser destinado à equipe A e o esquerdo à equipe B. Para acompanhar o tempo delegado a cada equipe, ele(a) pode usar o cronômetro do seu celular ou, se preferir, um relógio analógico ou digital.

Figura 3 – Argúcias da equipe A sobre as respostas da equipe B



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em consonância com Ponciano (2018), a fase do pós-debate são as conclusões, os resultados obtidos a partir da observação e investigação do debate.

Em princípio, os estudantes podem discorrer que o debate foi pertinente porque contribuiu para que eles compreendessem melhor a narrativa, no tocante a exploração do contexto histórico, bem como as colocações atribuídas por cada equipe acerca das manipulações. Como no caso da primeira manipulação, cujo tentador aproveitou que Jesus estava no deserto e que havia sentido fome para provocá-lo mandando-o transformar pedras em pães, incitando-o, portanto, o seu poder de realizar milagres, abordando-o uma imagem negativa ao utilizar a expressão condicional “se és Filho de Deus”. Vemos também os contragolpes de Jesus que, baseado nos valores do espírito, revelou que o homem não vive somente de pão, mas de toda palavra que procede da boca de Deus, o que entendemos também como uma metáfora para dizer que todo homem precisa de um apoio espiritual para conseguir suportar as tentações da matéria.

Semelhantemente, a segunda manipulação é outra provocação, pois o Demônio estrategicamente tentou manipular Jesus ao usar contra ele a palavra divina, isto é, ao mandá-

lo pular do pináculo do templo, pois os anjos não deixariam que nada de grave o acontecesse. Logo, apreendemos que esse pináculo do templo esteja relacionado ao Planeta como lugar de culto ao Criador por todos os benefícios aos homens prestados. Observamos também que Jesus sempre tinha palavras de respaldo, visto que não caia nas astúcias do seu adversário, mas contrapôs ao respondê-lo que a ele ninguém pode tentar, pois ele era o seu Senhor.

Destarte, a terceira manipulação, que é uma tentação, Jesus chama o Demônio de Satanás porque ele agora não pede, mas oferece-o galardões como reinos e glórias em troca dele prestá-lo culto como um deus. Comparamos também essa tentação com o contexto das influências midiáticas cujo ser humano está sempre apto a manipular como ser manipulado, através dos discursos de outrem, das ofertas de bens materiais, da aquisição de poder e *status* social. Outrossim, notamos que essa proposta instiga a participação dos discentes, principalmente a socialização dos que tinham dificuldades de se expressar oralmente em público, posto que estes podem apresentar os seus pontos de vista sobre o texto em si e também acerca das considerações dos demais participantes.

Na próxima aula, o(a) professor(a) pode interrogar os alunos sobre o que eles acharam do tema, se gostaram das discussões, se encontraram alguma dificuldade na arguição oral, *etc.* Se tiver ficado alguma dúvida, o(a) docente pode contextualizar através de exercícios que discorra sobre a temática elucidada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da Semiótica Discursiva, entendemos que manipular é influenciar, tentar ou convencer uma pessoa a fazer uma dada tarefa que o sujeito manipulador almeje. Ao contrário da operação enquanto ato humanístico sobre os objetos, a manipulação discursiva é a ação do homem sobre outros homens, a fim de induzi-los a execução de um programa dado, conforme pontuou Greimas e Courtés (1979). Essas duas categorias se enquadram, primeiro, na proposta do *fazer-ser*, segundo, na do *fazer-fazer*, visto que a primeira está articulada à dimensão pragmática, a segunda a dimensão cognitiva, correspondendo, portanto, as estruturas modais de tipo factivo.

À luz da Semiótica Discursiva, entendemos também que a manipulação é sustentada por uma estrutura contratual e uma modal. Trata-se, pois, de saber como agir no ato de comunicação (*fazer-saber*) na qual o destinador-manipulador coage o sujeito manipulado a uma situação de falta de liberdade (*não poder não fazer*), o que obriga a aceitar o contrato proposto pelo manipulador. Neste caso, a competência modal do destinatário-sujeito se faz necessária porque, se ele conjugue ao *não poder não fazer* um *dever-fazer*, os discursos provenientes do manipulador serão provocativos (imagem negativa aplicada ao sujeito-manipulado) e intimidativos (as ameaças proferidas pelo manipulador). Em contrapartida, se ele lhe conjugue um *querer-fazer*, acontecerá uma sedução (juízo positivo sobre a competência do manipulado) ou tentação (oferta de valores culturais).

Em harmonia com os aportes teóricos abordados na construção desta pesquisa, apreendemos que a semiótica é a ciência das linguagens (verbais, não verbais e sincréticas), visto que ela se dedica ao estudo de todos os signos e seus processos significativos, ou seja, as semioses. Por intermédio desta, podemos analisar os vastos discursos emitidos e materializados por outrem através de um percurso chamado de gerativo, que oferece três níveis para se chegar à significação, a saber: o fundamental, narrativo e discursivo. Para cada nível há dois componentes: um sintático e um semântico. Ainda que sejam independentes, eles podem ser analisados separadamente, no entanto, o sentido do texto acerca dos três níveis é construído a partir das relações significativas, ideológicas assim como do contexto linguístico, pragmático e extralinguístico.

Recorremos as contribuições da Semiótica Discursiva para analisarmos um texto da Bíblia, compêndio literário que serve tanto para doutrinar como para fins de investigação científica, estudo e análise literária, pois ela é permeada de gêneros literários tais como

epístolas, profecias, evangelhos, poesias, narrativas, *etc.* Retiramos deste livro a narrativa, *A tentação de Jesus no deserto*, escrita por Mateus (4, 1-11) que está presente, especificamente, no Novo Testamento. O evangelista nos apresenta três tentações do Demônio contra Jesus no atípico deserto da Judeia, haja vista que ele tentou manipulá-lo, porquanto, induzi-lo à desobediência divina.

Da análise das três manipulações, chegamos aos seguintes resultados: o tentador, também chamado de Demônio pelo enunciador, queria um objeto de valor (Jesus descumprir a lei divina transformando pedras em pães). Para isso, manifesta-lhe uma imagem negativa, uma condição (se ele fosse Filho de Deus realizasse a ação), que é uma provocação do manipulador instigando o seu poder de realizar milagres. Do mesmo modo aconteceu na segunda manipulação, o Demônio relaciona o ser com o poder fazer, logo, atribui-lhe um juízo negativo e provoca-lhe ao mandá-lo pular do pináculo do templo. Na terceira tentação, o Demônio é reconhecido por Jesus como Satanás, isso porque este tenta-o ao oferecê-lo objetos de valor cultural positivos como glória e reinos em troca dele se prostrar e adorá-lo como único deus. Nesse sentido, Satanás usou a estratégia da aquisição de poder, ele queria manipular Jesus pelo ter. Jesus repulsou, não aceitou a oferta de Satanás e nem se deixou manipular. Ao rejeitar os prêmios concedidos pelo seu antagonista, ainda que sejam coisas que estimulem o homem a aquisição desses valores, faz com que este entre em disjunção com seu objeto de valor.

Como forma de aprofundar a significação do texto, extraímos também o espaço geográfico. Primeiro o deserto, posteriormente, a Cidade Santa, onde o Demônio colocou Jesus no pináculo do tempo, e em seguida o monte muito alto. O tempo: linguístico (passado, presente e futuro) e o cronológico (quarenta dias e quarenta noites).

Esses resultados foram analisados tanto à luz dos subsídios teóricos como a partir de uma simulação de debate estruturado, seguindo o modelo de Ponciano (2018), aplicável ao terceiro ano do Ensino Médio. Salientamos que a simulação é apenas um planejamento e, portátil flexível porque é adaptável. Entretanto, com o aporte da Semiótica Discursiva, conseguimos responder às indagações apresentadas no início desta pesquisa, posto que a narrativa apresenta manipulação e as estratégias utilizadas foram a provocação e tentação.

Mediante o debate, podemos perceber que, quando um texto bíblico é trabalhado em sala de aula sem intenções religiosas, ele muito pode contribuir para o ensino e aprendizagem dos discentes, dado que este abre espaço para a discussão de outros temas que envolvem outras esferas sociais. Reiteramos que essa proposta é destinada ao terceiro ano do Ensino Médio, todavia, ela é adaptável aos outros níveis de ensino.

Semelhantemente, atestamos que a metodologia que usamos para a construção deste trabalho foi satisfatória, pois o caminho traçado para a averiguação nos permitiu alcançar os objetivos: geral e específicos delineados no princípio da pesquisa. Outrossim, a bibliografia que nos deu um profícuo aparato para a leitura e abrangência desta, e conseqüentemente, para a constituição da fundamentação teórica.

Portanto, almejamos que esta pesquisa contribua para o ensino de leitura como subsídio para professores tanto em atuação como aqueles em formação em prática de leitura em sala de aula. Afirmamos que a prática de leitura pelo viés de um debate colabora para que o aluno seja um leitor proficiente capaz de extrair do texto não apenas o explícito, mas o implícito, ou seja, observar os sinais, entonações, expressões faciais, os elementos gráficos, que são instruções para ele descobrir as significações.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1. ed. brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. -5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO. **A Doutrina Cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem** - São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Towards a reworking of the Dostoievsky book**. In: Problems of Dostoievsky's poetics. 3. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: Fundamentos semióticos**. 3. ed. – São Paulo: Humanitas / FLLCH / USP, 2001.
- BARROS. Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BÍBLIA, MATEUS. **Bíblia Sagrada: Ave-Maria**. Tradução: Frei João José Pedreira de Castro. Edição Claretiana, 186. ed. Ave-Maria, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC; SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- BOULNOIS, Olivier. **Être et représentation**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- CARDOSO, Dario de Araujo. **Corpo e presença na Bíblia Sagrada**. 2017. 303f. Tese. (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2017.
- CÂMARA, Uipirangi Franklin da Silva. A porta e o jardim: uma introdução ao epicurismo e estoicismo da Grécia pós-socrática. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**. ISSN: 2175-1773 – Junho de 2014. 11p.
- FILLION Louis-Claude. **Enciclopédia da Vida de Jesus**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

- FIORIN, José Luiz. Tendências da Análise do Discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 19, p. 173–179, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636834. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636834>>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- GAMBARATO, Renira Rampazzo. Signo, significação, representação. **Revista Contemporânea** n. 4, 2005.1, p. 205-214.
- GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 7. ed. Princípios, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. Trad. Haqira Osakape e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Julien. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- GIOIA, Egídio. **Notas e Comentários à Harmonia dos Evangelhos**. Rio de Janeiro: JUERP, 1969.
- GOTLIB, Nádya Battela. **Teoria do conto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- KEARNEY, Richard. Narrativa. **Revista Educação & Realidade** - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 409-438, maio/ago. 2012.
- LIMA, Anderson de Oliveira. Semiótica Discursiva: uma Introdução Metodológica para Bibliistas. **Revista Âncora**. v. 8 – Ano 7, 2012.
- LIMA, Maria Nazareth de. **O conto na literatura popular: percurso gerativo da Significação**. João Pessoa, 2007.
- LOCKE, Jonh. (1632 – 1704) **Ensaio acerca do entendimento humano**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MOURA, Drayfine Teixeira (2012). A ética dos estoicos antigos e o estereótipo estoico na modernidade. **Cadernos Espinosanos**, (26), 111-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2012.89459>>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica – de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 1995b.
- OLIVEIRA, Terezinha. A Escolástica como Filosofia e Método de Ensino na Universidade Medieval: uma reflexão sobre o Mestre Tomás de Aquino. **Notandum**. CEMOrOC-Feusp/IJI-Universidade do Porto, 2013.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria de enunciação em Bakhtin. In: Os estudos enunciativos: a diversidade de um campo. **Revista Organon**. v. 16, n. 32-33, 2002. ISSN: 0102-6267.

PLATÃO. **Teeteto e Crátilo**. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

PONCIANO, Lesandro. Anais Estendidos do XVII Simpósio Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais. **Workshop em Educação em IHC (EIHC)**, Belém, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Introdução à semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação**. São Paulo: Paulus, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

SQUIRE, Corne. O que é narrativa?. Civitas - **Revista De Ciências Sociais**, 14(2), 2014, p. 272-284. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17148>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TOMÁS, João de São. **Tratado dos signos**. Tradução, introdução e notas de Anabela Gradim Alves. Coleção pensamento português, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - EVANGELHO DE MATEUS

1 Em seguida, Jesus foi conduzido pelo Espírito ao deserto para ser tentado pelo demônio.

2 Jejuou quarenta dias e quarenta noites. Depois teve fome. 3 O tentador aproximou-se dele e lhe disse: “Se és Filho de Deus, ordena que estas pedras se tornem pães”. 4 Jesus respondeu: “Está escrito: *Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus*” (Dt 8,3).

5 O demônio transportou-o à Cidade Santa, colocou-o no ponto mais alto do templo e disse-lhe: 6 “Se és Filho de Deus, lança-te abaixo, pois está escrito: *“Ele deu a seus anjos ordens a teu respeito; eles te protegerão com as mãos, com cuidado para não machucares o teu pé com alguma pedra”* (Sl 90,11s). 7 Disse-lhe Jesus: “Também está escrito: *“Não tentarás o Senhor, teu Deus* (Dt 6,16)”.

8 O demônio transportou-o uma vez mais, a um monte muito alto, e lhe mostrou todos os reinos do mundo e a sua glória, e disse-lhe: 9 “Eu te darei tudo isto se, prostando-te diante de mim, me adorares”.

10 Respondeu-lhe Jesus: “Para trás, Satanás, pois está escrito: *Adorarás o Senhor, teu Deus, e só a ele servirás* (Dt 6,13)”

11 Em seguida, o demônio o deixou, e os anjos aproximaram-se dele para servi-lo (BÍBLIA, MATEUS, 4, 1-11, p. 1287, 2009 grifos do autor).